



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 267** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e nove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lígia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto um: “*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*”; -----

----- Ponto dois: “*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2008, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”; -----

----- Ponto três: “*Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de 2008, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”; -----

----- Ponto quatro: “*Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”; -----

----- Ponto cinco: “*Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”; -----

----- Ponto seis: “*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia, de formalização de candidatura de adesão à Parques de Portugal – Associação de Áreas Empresariais Qualificadas, como associado fundador, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”; -----

----- Ponto sete: “*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de atribuição da Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, aos Senhores Dr. Augusto Arlindo Cancela de Amorim, Dr. Antídio das Neves Costa, Dr. Fernando José de Oliveira Amaral Gomes, Dr. Francisco José Cardoso Pereira e Américo Orlando de Matos e da Medalha Municipal de Mérito Cultural ao Senhor José Luís Fernandes Lhano Iglesiás, nos termos do previsto nas alíneas a) e c) do art.º 10.º e alíneas a) e d) do art.º 18.º do Regulamento dos Galardões Municipais, em conformidade com a alínea p) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*”. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas quinze horas e trinta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
----- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
----- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
----- • Lígia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
----- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
----- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
----- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
----- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
----- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
----- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
----- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS; -----
----- • João Alves Morais – GM da CDU; -----
----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
----- • Anacleto Nogueira de Oliveira – GM do CDS-PP; -----
----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----

- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguim; -----
----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara; -----
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos; -----
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
----- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
----- • Henrique Manuel Lameirinhos Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; -----
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----

----- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados, dos indicados GM: -----

- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
----- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não compareceu à sessão mas solicitou a sua substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o seguinte Senhor Deputado e PJF: -----

----- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos – substituído por António Floro dos Santos Ferreira. -----

----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----

----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD – Vereadora e Vice-Presidente; -----

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----

----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----

----- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----

----- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador. -----

----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----

----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----

----- Na abertura da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário do pedido de substituição apresentado pelo Senhor Deputado Sérgio Soares Aidos, Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que, de acordo com o artigo 16.º do Regimento, se fez substituir pelo Senhor António Floro dos Santos Ferreira. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à discussão da acta número duzentos e sessenta e quatro, da sessão ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, a qual tinha sido previamente distribuída aos Senhores Deputados nos termos Regimentais e que, depois de concluído o processo de votação, foi aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

----- Seguidamente, iniciou a discussão da acta número duzentos e sessenta e cinco, da sessão extraordinária de vinte e sete de Março de dois mil e nove, que tinha sido igualmente distribuída aos Senhores Deputados nos termos Regimentais. Sem que tivesse havido qualquer pedido de intervenção no âmbito da discussão da acta da sessão extraordinária, a mesma foi desde logo submetida à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

----- Decorrido o período de discussão e votação das actas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenções do período de antes da ordem do dia. -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), que concluiu o seu passo a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Excelentíssima Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara e respectiva vereação. Caríssimos Deputados. Público. Comunicação Social e pessoal de apoio. Eu vou falar de pé porque, salvo o devido respeito pelos meus colegas, normalmente um Presidente de Junta, e nesta órbita da política, ainda que se ponha em bicos de pés, ninguém o vê. E é por isso que assim salienta-se mais. Muito obrigado. Eu queria aproveitar o facto de estarmos aqui



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reunidos, portanto, a Assembleia e os Senhores Deputados, e também comunicação social, mas poderá ser por outros canais, para os convidar para a apresentação de um livro histórico "Avelãs de Cima, o lado da história", que será lançado no dia vinte e quatro de Maio, pelas dezasseis horas, Domingo, na sede da Junta de Freguesia. Portanto, ficariam todos convidados. Eu ponho nesta coisa, assim convidados, um certo ênfase. Não sei se o termo vos agrada muito, mas é aquilo que me ocorreu. De maneira que gostaria que os Senhores estivessem presentes, na medida do possível, porque, e agora é que vem a surpresa, é que simultaneamente vai ser lançado, também, um livro, ou um livrinho, da autoria de Armando Pereira. Quem é que havia de dizer que naquelas terras da urze e do eucalipto ainda havia gente com algumas ideias. Mas, acontece, à minha maneira, claro. Não esperem grandes coisas porque sai à minha maneira. Era isto. Muito obrigado." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), para fazer a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

"Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Caros colegas, membros da Assembleia Municipal. Comunicação social. Senhor Presidente da Câmara. Eu tenho em meu poder um ofício circular da Direcção dos Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas que se refere à Derrama a cobrar nos diversos concelhos do País no ano de dois mil e nove e reportado ao ano de dois mil e oito. E verifico que a taxa da derrama do concelho de Anadia a cobrar este ano é de 0%. Portanto, Anadia não vai cobrar derrama, à semelhança de mais cento e cinquenta e um concelhos espalhados pelo País. Mas, eu não sei o que é que se passou nos outros concelhos, mas sei o que se passou no concelho de Anadia. É que a Assembleia Municipal de Anadia aprovou para o ano de dois mil e oito, cadêncio em dois mil e nove, uma taxa de derrama de 1,5%. Eu gostaria que o Senhor Presidente me explicasse por que é que Anadia não vai cobrar derrama, contrariando uma deliberação da Assembleia Municipal." -----

----- Decorrida a interpelação do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder, tendo completado a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Bem, se não está lá o nosso Município a cobrar derrama, só terá acontecido uma coisa: os serviços não terão mandado para lá o respectivo documento, o que eu desconheço, ou, então, houve algum extravio. Vou procurar saber disso. No entanto, aproveito para dizer que ainda bem que essa preocupação está no Partido Socialista. Não sei se está a congratular pelo facto disso acontecer, portanto, qualquer lapso dos serviços, ou se é sinceramente porque a... Acabo de ser informado que não é lapso dos serviços. Portanto, de qualquer maneira vamos averiguar onde é que o documento em questão pára. Todavia, não deixa de dar sequência à minha intervenção, no sentido de dizer que, a ser verdade, é mau para a Câmara porque, naturalmente, que estava a contar com esse dinheiro, mas, é naturalmente, ao mesmo tempo, uma grande satisfação para a oposição que há tanto tempo anda a defender, naturalmente, a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isenção, portanto, a inexistência de derrama no meu concelho. Mas nós vamos averiguar e daremos, numa oportunidade, o mais rápido possível, qualquer esclarecimento, que se impõe, naturalmente, neste momento. Muito obrigado." -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Acácio Maçãs (PS), que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

"É estranho, Senhor Presidente, que só agora é que o Senhor e a Câmara tenham tomado conhecimento desta situação. Este ofício já é do dia doze de Fevereiro. A verba que vem inscrita no orçamento, como receita da Câmara previsível para dois mil e nove, é de oitocentos mil euros. É uma verba importante e é lamentável que a Câmara não se tenha apercebido de uma situação destas. O Senhor diz que não é um lapso dos serviços. Bom. Então, mais uma razão para já deverem ter observado esta situação e terem-na corrigido. Agora, custa a crer que de facto isto tenha passado ao crivo da própria Câmara e aos próprios serviços da Câmara. Ficamos a aguardar, então, para uma próxima oportunidade uma explicação cabal para isto, porque isto, se é um lapso da Câmara, como é que ele vai ser corrigido. Depois de uma deliberação da Assembleia a fixar uma taxa de 1,5%, contra a opinião do Partido Socialista, que sempre pugnou por uma redução da taxa de derrama, bom, também nunca defendemos tanto, não é. Ou tão pouco. De qualquer forma, fica aqui a chamada de atenção e, de facto, alguma preocupação por saber como é que se vai corrigir uma situação destas se, de facto, isto é um erro da própria Câmara." -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

"Para tranquilizar o Senhor Deputado, quero dizer que não se trata efectivamente de um lapso da Câmara. Pelo menos é a informação que eu tenho dos serviços. Portanto, da Câmara, isto é, dos serviços da Câmara. Portanto, a seu tempo, como disse, lá esclarecerrei. Isto, em função dos esclarecimentos que vierem, naturalmente, do sector das contribuições e impostos do Ministério das Finanças que naturalmente irá, com certeza, rever toda essa situação. Portanto, não vale a pena estar a especular neste momento porque os dados que tenho em mãos não são suficientes para vos esclarecer, até porque preciso de documentos comprovativos de tudo isso e não gosto de estar aqui a falar, enfim, para amanhã ter algum, digamos, haja ressentimento naquilo que disse. E eu quero informar com verdade. Não a tenho neste momento. Irei consegui-la, como disse." -----

----- Concluída a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Moraes (CDU), para um pedido de esclarecimento, que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Boa tarde, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta e comunicação social. Tendo em atenção uma informação prestada à comunicação social pelo Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente sobre o PDM, em que o Senhor Presidente diz que é caso de assunto de polícia, gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse esta Assembleia sobre esse ponto. Tendo também em atenção que o nosso concelho vai ser atravessado pelo TGV, que medidas é que esta Câmara já tomou, ou se tem, ou não, em seu poder já o traçado do TGV. Para já, são estas duas perguntas só.” -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*Começo por responder, naturalmente, ao Senhor João Morais sobre o PDM. Quando o Presidente da Câmara, na notícia que dei aos jornais, afirma que se trata de um caso de polícia, é para ele, Presidente da Câmara, uma caso de polícia, porque quem sabe se se trata de um caso de polícia ou não, terão de ser, necessariamente, as autoridades policiais e, naturalmente, os tribunais. Portanto, é uma interpretação minha, pertence-me a mim, assumo essa responsabilidade. E como penso que é efectivamente um caso de polícia, vou naturalmente apresentar a quem de direito as minhas interrogações sobre esse assunto. Se tiver respostas afirmativas àquilo que lhe vou apresentar, que como comprehende, não posso aqui estar a dizer, é uma audiência que está marcada para o dia seis de Maio, naturalmente que deixará de o ser. Por enquanto, para mim, é um caso de polícia. É estranho e por outras razões mais que em devido lugar poderei vir a explicar. Quanto ao problema do comboio de alta velocidade, portanto, que vai atravessar o nosso concelho, quero-lhe dizer que na próxima semana estarão aqui, pela primeira vez, a discutir o problema da alta velocidade, portanto, o trajecto que atravessa o nosso concelho, os representantes da RAVE, que são naturalmente a empresa que determina essas coisas. Só nessa altura, como comprehende, que poderei dizer alguma coisa. Até aqui, aquilo que temos conhecimento através da comunicação social, e pouco mais, é naturalmente um corredor previsto com algumas alternativas, ainda, dessa futura linha. Quando eu tiver, naturalmente, conhecimentos suficientes e que esta Assembleia ache oportuno interrogar-me, estou à vontade para responder. Mas, como disse, só a partir da semana que vem é que terei essa reunião. Está inclusivamente marcada, salvo erro, quarta-feira da semana que vem, mas posso confirmar que está. Só a propósito, e se o Senhor Presidente me der autorização, para ir esclarecendo que em vinte e um do dez de dois mil e oito, foi enviado o seguinte documento ao Director de Finanças do Distrito de Aveiro: "Para os devidos efeitos, informo Vossa Excelência que este Município, em sua reunião de Câmara de dez de Setembro de dois mil e oito deliberou lançar taxas de acordo com a proposta anexa e deliberação da Assembleia Municipal de vinte e seis de Setembro de dois mil e oito." Portanto, tenho aqui o documento enviado às respectivas instituições. Portanto, é por isso que dizia que sentia que algo não estava bem, mas a Câmara também irá pronunciar-se sobre isso. Senhor Presidente desculpe este à parte mas era um esclarecimento que, se não leva a mal, entendi dar.*” -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que completou o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Tendo em conta as preocupações que o Senhor Presidente proferiu nas Comemorações do 25 de Abril sobre o estado de pobreza que existe no nosso concelho e os pedidos de acesso dos munícipes em dificuldade à Câmara, eu gostaria, se o Senhor Presidente tenciona criar um observatório na Câmara e quais as pessoas que tenciona convidar para fazer parte desse observatório." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à interpelação feita pelo Senhor Deputado João Morais (CDU), resposta que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Aquilo que é preocupação da Câmara é colaborar na procura de soluções para a crise. Não sei o que é que o Senhor Deputado quer dizer com a criação de um observatório, a mim, acima de tudo, o que eu pretendo resolver, e para isso conto com todas as instituições políticas e, naturalmente, as instituições de solidariedade social, bem como a própria rede social, de fazer chegar à Câmara problemas gravosos para aqueles a quem a crise, de certa maneira, lhes apareceu em casa, no seu seio familiar. Não me ocorreu a criação de qualquer observatório, mas a fazê-lo, não sei, este tipo de, digamos, de organização, deve obedecer, com certeza, a regras, e se o criar, o que não vai no meu horizonte neste momento, de certeza que não deixarei de convocar todos aqueles, ou convocar, ou pelo menos convidar, todos aqueles que possam dar uma resposta o mais favorável possível à crise. Numa situação de crise, acho que não há que fazer vingar as políticas, mas, sim, a acção altruísta de todos aqueles que têm obrigação de ajudar os que precisam num momento tão difícil como aquele que atravessa, neste momento, o País e, porque não, algumas bolsas já inclusivamente do nosso concelho." -----

----- Dada a resposta à interpelação do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que encerrou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Antes de mais, as minhas boas tardes. O Grupo Municipal do PSD vai apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antídio, que era de Sangalhos, como todos nós sabemos, dada a relevância política que tal pessoa teve para este concelho, as qualidades técnicas e humanas e, por isso, não podemos deixar, nesta Assembleia ordinária, de apresentar um voto de pesar. Vamos dar entrada a esse voto de pesar na Mesa. Muito obrigado." -----

----- Seguidamente, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores. O Grupo Municipal do PS junta-se ao voto de pesar proposto pelo GM do PSD, não tem qualquer dúvida, atendendo, digamos, à grande



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consideração que nos merece a figura do Dr. Antídio, enfim, que esperamos que lá para o fim da reunião seja também consagrada com outra medida de admiração.” -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Mesa, os seus três membros, também aderiam e subscreviam a proposta do GM do PSD, sublinhando, da mesma forma, reconhecer totalmente o voto de pesar a essa figura ilustre do concelho de Anadia que tinha recentemente desaparecido. Adiantou, entretanto, que a sua votação iria ter lugar mesmo no final do período de antes da ordem do dia. -----

----- Entretanto, e para uma nova intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), que proferiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*O PSD, dado inclusivamente que o assunto já foi abordado hoje aqui nesta Assembleia pelo Senhor João Morais, não poderá deixar de apresentar uma moção quanto ao traçado TGV no nosso Município, dado as consequências negativas que, em nossa opinião, representa para o concelho, nomeadamente pelas povoações que lhe ficam muito próximas, inclusivamente as zonas de vinhedo que vão ser parcialmente destruídas com esse traçado e, também, a fragmentação do concelho, a divisão que isso provoca. Por isso, o GM do PSD apresenta uma moção a esta Assembleia, que vai dar entrada na Mesa.*” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em posse da moção, que se encontra em anexo a esta acta, informou o Plenário de que a mesma estava regimentalmente suportada e antes de a distribuir aos Senhores Deputados, passou a lê-la para a enquadrar devidamente e que transcreve integralmente: -----

----- “*Moção contra o traçado e “corredores” do TGV no Município de Anadia. Em 8 de Janeiro de 2009 o Governo fez publicar em Diário da República, a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 12/2009. A referida RCM reporta-se ao traçado e “corredores” do TGV, referindo que se encontram “agora reunidas as condições para proceder à delimitação das áreas a abranger no traçado compreendido (...) entre Pombal e Oliveira do Bairro”, pelo que, na sua óptica “cumpre aprovar as presentes medidas preventivas”. O traçado e os “corredores” do TGV vêm criar mais restrições e limitações ao Município de Anadia, com prejuízo para o seu desenvolvimento e progresso. Na verdade, com o traçado e os “corredores” que o Governo apresenta, o TGV “passa à tangente” junto de várias localidades. Aliás, deve ser referido que a entrada sul do Município de Anadia tem dois “corredores”. As localidades que poderão vir a ser bastantes prejudicadas são: Tamengos, Curia, Horta, Ribaforos, Óis do Bairro, São Lourenço do Bairro e Ancas, entre outras. Uma situação que, a verificar-se, retirará qualidade de vida aos munícipes, em especial aos destas localidades, com todos os inconvenientes que facilmente se inferem. Mais, além da criação de um “rasgo” inaceitável, uma barreira anti-natural que é efectuada no Município de Anadia, o projecto TGV irá destruir várias dezenas de hectares de vinhedo, aniquilando aquela que é quiçá a principal riqueza da região! Destroi vinhas, arruina uma beleza natural sem paralelo e intromete-se, devastadoramente, em projectos de assinalável sucesso na Região e no País. Esta situação é inaceitável e incompreensível! O TGV, no caso concreto do Município de Anadia, é um verdadeiro “atentado” pois este investimento*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não trás qualquer benefício às pessoas, às empresas e às Autarquias. Deste modo, considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Anadia, delibera: Ponto um - Expressar o enorme descontentamento, repúdio e oposição pela proposta do Governo de traçado e "corredores" do TGV no Município de Anadia; Ponto dois - Dar conhecimento da presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, à ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, à ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, à População do Concelho de Anadia e à Comunicação Social. Anadia, Paços do Município, vinte e sete de Abril de dois mil e nove.” -----

----- Lida a Moção, informou que o documento estava subscrito por vinte e três Senhores Deputados Municipais do PSD e, de imediato, pediu aos serviços para que o mesmo fosse fotocopiado para ser posteriormente distribuído pelos Senhores Deputados Municipais. -----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para uma interpelação à mesa, passando-se a tentar transcrever integralmente a intervenção: -----

----- “*Basicamente é para solicitar tempo para analisarmos, portanto, os tais poucos minutos da praxe que às vezes se solicitam para melhor ponderação da proposta do PSD.*” -----

----- Relativamente ao pedido formulado pelo Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa não se opunha a que fossem concedidos cinco minutos para a interrupção dos trabalhos, e disse pensar, também, que tal não aconteceria por parte dos restantes GM, tendo aliás recebido aceitação por todos os GM. Assim sendo, informou que depois, então, a sessão seria suspensa por cinco minutos para que a Moção fosse devidamente avaliada. -----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), para um pedido de esclarecimento, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*Tendo conhecimento que Anadia perdeu qualidade no apoio à saúde dos seus municíipes, com a perda de autonomia do nosso Centro de Saúde para o concelho de Águeda, e tendo em conta que o Hospital José Luciano de Castro encontra-se há um ano em obras, e esperando, a curto prazo, o encerramento da consulta aberta, e tendo em consideração as dificuldades que se agravam no Município aos municíipes, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se temos protocolo, ou não temos, ou é a incerteza até final de dois mil e nove, com a introdução de novas medidas no nosso concelho, na área da saúde? Tendo, também, em atenção as preocupações que na área económica que existem no nosso concelho e aos seus municíipes, pergunto se é intenção desta Câmara levar por diante a edificação da nova obra no antigo Mercado de Anadia, ou se dá prioridade ou apoio aos municíipes?*” -----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Na questão da intervenção do Senhor António Silva, pois naturalmente que me congratulo, também, com o voto de pesar do Senhor Dr. Antídio Costa. Quanto à Moção que apresenta sobre o TGV, como comprehende, não é à Câmara que compete votar, portanto, não me pronuncio. Ao Senhor João Morais, eu quero-lhe dizer que protocolo do Hospital referia-se, naturalmente, às urgências ou sua substituição. Como sabe, até ao momento não estão reunidas condições, e é conhecimento desta Assembleia, não estão reunidas as condições para que a Câmara assine qualquer tipo de protocolo. Mesmo assim, além de não haver condições, também não nos foi proposto, até ao momento, novo protocolo. O que acontece, é que o protocolo a existir, consignava, como sabe, a permanência das urgências, esse que nos foi proposto, a permanência das urgências das oito às vinte e quatro horas, o que não era verdade, como está lá provado. Não há naturalmente uma urgência, mas sim uma consulta aberta que, pelo que ouço agora, o Senhor já têm conhecimento que vai encerrar. Enfim, a mim pedem-me dados a dizer quando é que encerra, ou isto, ou aquilo. O Senhor diz com facilidade que vai encerrar. Eu não tenho a coragem de lhe pedir, enfim, fundamento para esse tipo de decisão. No entanto, aceito que o Senhor terá tido esse conhecimento. E, portanto, isso do protocolo é um assunto que, neste momento, não se pode pôr. Quanto aos Centros de Saúde, aí sim, quero-lhe dizer que mais uma vez, naturalmente, os Centros de Saúde agora vão funcionar de outra maneira, vão transformar-se em agrupamentos. Penso eu, claramente, que estou a falar, quando a gente fala numa concentração, um agrupamento, pensar-se-ia, com certeza, que iam reduzir-se o número de pessoas dirigentes, porque, pronto, na vez de ter um Chefe em Anadia, outro em Oliveira do Bairro, outro em Sever do Vouga, ou outro em Águeda, agora não, iriam ter só um Chefe, que suponho também que será em Águeda. Mas, provavelmente, só lá para depois das eleições. Tome nota disso. Isso é um assunto que cada um entenda como entender. Portanto, uma coisa é certa. Trata-se de um assunto que, mais uma vez, em minha opinião, vem naturalmente marginalizar Anadia. Quero inclusivamente dizer que quando foi do protocolo que os assinasse, e isso tudo, porque iam ter em consideração, porque isto é a chamada troca por troca, não tem nada escrito sobre isso e é a Lei do contraditório, sabem os Senhores Advogados, portanto, que pouco vale o que eu direi, mas esta é a verdade. É que, enfim, como havia a remodelação dos Centros de Saúde, poderia cair aqui a sorte grande a Anadia e podia ficar aqui sediado, naturalmente, a sede do agrupamento. Também, penso que aí que terá alguma razão. Em Anadia não é com certeza, está praticamente assegurado que é Águeda. Tudo bem. O problema é realmente de quem toma estas atitudes e, portanto, o povo se gosta vota, se não gosta não vota. É um problema realmente político e que se resolve desta maneira. Não estou contente, mas naturalmente pouco poderei fazer para inverter esta situação. Não sei o que é que o Senhor quer dizer sobre a obra do Mercado Municipal. Eu não tenho nada que ver com essas crises, até porque o dinheiro que vai para a obra de requalificação urbana, nem que se queira, não pode, naturalmente, ir ser dado de forma directa às pessoas que, naturalmente hoje, são afectadas pela crise. Poderá, isso sim, dar aqui uns postos de trabalho, produzir riqueza no meu Município e, portanto, dessa não irei, com certeza, abdicar. Temos um mercado



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novo, está ali um que precisa naturalmente de ser substituído por uma obra adequada, obra essa que, como sabeis, já passou pela tramitação normal de aprovação, vai agora, só, naturalmente, ou pelo menos de discussão, vai agora portanto ser aprovada e candidatada aos fundos estruturais. Nunca abdicaremos de um tostão que possamos trazer para a nossa terra, desde que ele venha de fora. E esta, é uma obra que me facilita isso. Portanto, se está à espera que eu faça um compasso de espera para pôr essa obra a concurso, quero-lhe dizer sinceramente que não. Ela é candidatada até ao fim deste mês, isto é, até ao dia trinta de Abril tem de estar candidatada e é isso que estamos a proceder. Se vai ser aprovada ou não, bem, isso é outro problema. A obra é para fazer, com certeza. Muito obrigado." -----

----- Imediatamente a seguir à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU) para intervir, tendo concluído o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----
"O Senhor Presidente, tem a opinião, não é, em relação, dá prioridade à obra do que ao apoio aos municípios. É uma opção que faz, tem todo o direito, mas eu, pessoalmente, discordo dessa tomada de posição. E, já agora, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, também, na quinta-feira o Mercado de Anadia foi-lhe cortada a corrente. Gostaria que explicasse por que motivo foi desligada, no geral, a corrente no mercado pela EDP. Havia alguma falha técnica? Ou não estava aprovado?" -----

----- Para responder ao Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que respondeu da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Senhor João Morais. A Câmara Municipal de Anadia ainda paga atempadamente em todos os sectores, nomeadamente, também, à EDP. O que acontece é que a EDP, realmente, é um estado dentro de outro estado. Chega ali, cortou e andou. Devia ter uma palavrinha, aquilo que a Câmara tem normalmente quando é o problema da água, normalmente dizemos ao município, ó Senhor fulano, venha pagar. Mas, neste caso, nem isso era. É que sabe que o sector que foi apagado, não foi geral, porque as lojas ficaram com luz, o sector que foi apagado sofreu corte porque se tratava de energia para obras, quando, na verdade, portanto, e terminava o prazo e eles nem avisaram, portanto, acabou, acabou. Lá tivemos ao outro dia, ou nesse dia mesmo, de mandar ligar já com energia normal. Aliás, porque a obra já estava, inclusivamente, aprovada e isso acontece quando as obras andam em construção. Isso acontece muitas vezes, também, com os privados, com frequência. A EDP é assim e nós também não fugimos à regra. Não há nenhuma falta específica. Penso que expliquei." -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos serviços para procederem à distribuição da cópia da Moção, após o que suspendeu a sessão por cinco minutos. -----

----- Retomada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de imediato, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Esta questão do projecto do TGV é algo que nos preocupa, ao Grupo Municipal do PS, relativamente aos efeitos negativos que possa ter na nossa Região, na economia regional, nomeadamente no sector do vinho. Nós no início desta sessão tivemos uma informação muito explícita do Presidente da Câmara de que, nos próximos dias, vai haver uma reunião, a primeira, que eu saiba, a primeira reunião em que a Câmara intervém relativamente ao traçado do TGV aqui na nossa região. De maneira, que até me parece que é descabida esta Moção. Esta Moção é feita nas vésperas da primeira reunião em que se vai ver algo em concreto do traçado. Até parece uma ultrapassagem ao próprio, uma desautorização ao próprio Presidente da Câmara. Digamos que nos parece descabida. Nós gostaríamos de ter uma posição depois de todos os elementos, nomeadamente aqueles que o Senhor Presidente da Câmara já prometeu que nos daria na sequência da reunião, ou das reuniões que vier a ter sobre este assunto. Portanto, com seriedade, não podemos tomar uma posição que não seja a da abstenção, neste momento, relativamente à proposta feita pelo PSD." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que encerrou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia. Muito boa tarde Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, todos os presentes. Senhor Cardoso Leal. Eu surpreende-me a sua, porque aqui até há uma notazinha que é uma Resolução de Conselho de Ministros. Essa nota é importante porque não gostaria de ver, outra vez, o PS envolvido numa história semelhante à do Hospital, onde a verdade nos vem dar razão e aqui estamos outra vez numa matéria que o futuro nos vai dar razão e a sensatez obriga a que haja uns olhos abertos para esta realidade. A história está lançada e quase irreversível. Diria só por um caso do destino. Era só que me merece a consideração da intervenção do Senhor Cardoso Leal e a nossa moção tem toda a justeza perante tal decisão do Conselho de Ministros. Muito obrigado."

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS) para intervir, passando-se a tentar transcrever na íntegra a sua intervenção: -----

----- "Bem, digamos, a motivação desta proposta do PSD, na oportunidade ou falta de oportunidade que ela tem, é uma intervenção puramente política, que está no seu direito, mas a gente deve entender o que é. É puramente política. O efeito desta intervenção é nulo. E, é nulo, o efeito prático desta intervenção é nulo. Quem precisa de ter algum apoio, algum poder, alguma capacidade de intervenção é o Senhor Presidente da Câmara, a quem a gente recomenda, naturalmente, na sua intervenção, que delimita ao mínimo o que houver de efeitos negativos neste projecto que é de âmbito nacional e não regional. Agora, quanto a dizer que o PSD mais uma vez tem razão, isso estamos para ver. Não sei se tem razão na questão das urgências. Nós pensamos que a nossa intervenção, na questão das urgências, foi muito séria e continua a ser muito séria, continua a ser muito séria, de recomendar ao Presidente da Câmara que mantenha, que reinicie, logo que possa, uma atitude de diálogo e colaboração com o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ministério da Saúde, que pensamos que é muito mais importante para o concelho de Anadia, do que uma posição de oposição e de obstrução que não leva a lado nenhum. Portanto, ainda estamos para saber quem é que de facto tem razão. Nós pensamos que somos nós que temos razão e que estamos a ter um comportamento mais sério sobre estas questões. Até sobre algumas coisas que aqui já se discutiram à pouco, a respeito de saúde, se calhar, elas podiam ser muito mais bem resolvidas num clima de diálogo com o Ministério da Saúde." -----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), tendo o Senhor Deputado feito a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Deputado. Esta matéria é uma matéria que nos obriga a toda a atenção porque estamos a defender o povo de Anadia. Não estamos aqui com o tal chicana que o Senhor agora está a fazer. É uma habilidade política, estar a fazer um trocadinho de palavras quando a realidade tem sido cruel com as urgências, com o fecho das urgências, com o futuro fecho de tudo, porque o diálogo é o do seu partido e o Senhor entende que o diálogo aqui vai resolver. Nós estamos a defender as populações de Anadia, o Senhor continua a querer defender apenas, e tão só, o seu Governo. O Senhor não está interessado em defender as populações de Anadia. Mais uma vez, na matéria hospitalar, a coisa foi gravosa e agora o Senhor tem uma destruição do nosso dinheiro, tem uma destruição praticamente da matéria essencial daquilo que nos caracterizava, que era a Bairrada que tinha a ver com as terras e com o tipo de cultivo e o Senhor, pura e simplesmente, passa por cima disso tudo porque interessa é ao seu Governo e mais nada e vamos ao diálogo e vamos a isto, quando as populações são profundamente prejudicadas. Têm sido, vão ser e continuarão a ser se a postura for essa. Agora, não venha fazer a história do calimero que nós é que somos, o Senhor é que é a vítima, os Senhores é que são as vítimas, não, não, nesse filme nós não entramos, nem vamos por aí. Agora, vamos na certeza de uma coisa: estamos a defender as populações com um diálogo muito mais sério, de certeza. O Senhor quis qualificar a seriedade. Então, vamos entrar nessa dinâmica, porque o País tem visto a defesa dos interesses do País, da maneira como está a ser feita, a ruína que está, e nós não queremos entrar nesse jogo no território, digamos, do nosso concelho. Naquilo que tivermos a possibilidade de intervir, vamos fazê-lo. Muito obrigado, Senhor Presidente."-----

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Deputado Veloso. O Senhor não diga que nós não defendemos os interesses do concelho de Anadia. Não diga isso. Nós defendemos o melhor que sabemos e pensamos que defendemos bem. A maneira como esta proposta é feita nas vésperas da primeira reunião técnica em que se vai tratar do traçado do TGV, o Senhor utilizou a palavra uma chicana, exactamente, é uma chicana, não é mais do que isso. É um gesto que diz que fez que não tem qualquer valor prático. Nós defendemos, queremos defender os interesses do concelho de Anadia e pensamos que os defendemos com mais razoabilidade do que os Senhores." -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer os procedimentos que iriam ser seguidos antes de terminar o período de antes da ordem do dia, informando que iriam, de imediato, passar à votação da Moção, após o que se lhe seguiria a leitura do voto de pesar e a sua votação e finalizariam, então, o período de antes da ordem do dia. Reunido o consenso quanto aos procedimentos a desenvolver, passou, desde logo, à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, decorrida a qual anunciou o seu resultado, a saber, Moção aprovada, com vinte e cinco votos a favor, seis abstenções e zero votos contra. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler o voto de pesar, que se tenta transcrever: -----

----- *"Voto de pesar. Falecimento do Dr. Antídio das Neves Costa. Foi com muita tristeza e profunda consternação que se tomou conhecimento do falecimento do médico Dr. Antídio das Neves Costa. Tinha sessenta e oito anos. O Dr. Antídio das Neves Costa era uma das figuras mais carismáticas do nosso concelho. Foi um dos fundadores do PSD. Destacado militante do Partido, dedicou o seu esforço abnegado à causa Social Democrata. Teve um papel de grande destaque, não só a nível concelhio, mas também a nível distrital e nacional. Dos diversos cargos políticos que exerceu, contam-se o de Deputado da Assembleia Constituinte, e a Assembleia da República, Deputado e Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Do PSD, foi Presidente da Comissão Política de Secção de Anadia e membro da Comissão Política Distrital de Aveiro, entre outros cargos que ocupou, sempre com a mesma paixão. Como cidadão, foi exemplar na sua dedicação à comunidade, tendo exercido várias funções associativas que se iniciaram enquanto estudante e mantiveram ao longo de toda a sua vida. Dedicou ainda parte da sua vida associativa ao desporto, tendo estado ao serviço do ciclismo durante vários anos. Como médico, é sobejamente conhecida a sua dedicação e profissionalismo que os seus pacientes jamais esquecerão. O Dr. Antídio das Neves Costa era uma pessoa ímpar, com uma dedicação forte e uma acção pedagógica que perdura na memória das várias gerações, colocando sempre os outros em primeiro lugar e o interesse público acima de tudo. É uma grande perda para o PSD e para toda a comunidade. Evocamos, hoje, com emoção o Dr. Antídio das Neves Costa. Acima de tudo, guardamos a memória da sua elevada dimensão humana e da sua devoção à causa pública que muito o enobreceram. A Assembleia Municipal de Anadia expressa, de forma sentida, o seu pesar, curvando-se, respeitosamente perante a sua memória, dirigindo à família enlutada as mais sentidas condolências."* -----

----- Concluída a leitura do voto de pesar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sua votação, finda a qual anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por unanimidade, com trinta e dois votos a favor. De imediato, foi guardado um minuto de silêncio. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por findo o período de antes da ordem do dia e, de imediato, deu início ao período da ordem do dia, no âmbito do qual apresentou o seu ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 3.º



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentação que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "A exemplo daquilo que vem acontecendo em Assembleias anteriores, penso que o documento que é presente aos membros da Assembleia, enfim, elenca aqui a principal, ou as principais acções desenvolvidas pela Câmara neste período, pelo que, a fazer uma apresentação, digamos, obra a obra, ponto a ponto, seria bastante fastidioso, incluso muitas das coisas que aqui se passam seriam quase impossível de controlar por esta Assembleia, dado que elas são realizadas de uma forma geral em todo o concelho. Portanto, acho que, em minha opinião, seria de manter, naturalmente, o procedimento anterior, por isso, se assim entender, dispenso-me de fazer uma apresentação pormenorizada do documento." -----

----- Para uma primeira intervenção sobre o ponto um da ordem do dia, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS): -----

"Senhor Presidente da Câmara. Queria chamar a sua atenção para a localidade de Arcos, que tem ali umas certas partes, aqui na estrada principal, de uma grande estreiteza. Eu sei que contra a estreiteza o Senhor não pode fazer muito. Agora, melhoraram o piso, ainda bem, congratulo-me. Já esperava, enfim, neste ano que tal acontecesse, ainda bem. Mas os riscos que delimitam o traçado, até às vezes têm que já entrar na valeta, tal é a estreiteza que aquilo tem. Eu não sei tecnicamente o que é que, como é que se resolve o problema da velocidade com que passam ali veículos. Ainda agora, quase que ia perdendo a minha mulher que, ao pôr o pé fora da porta, passou ali uma motorizada. Enfim, é realmente um perigo que ali está. Tenho ouvido algumas reclamações, também, de alguma população ali. Por acaso, já em tempos tinha falado nisto ao Presidente da Junta de Freguesia. E uma das sugestões que ali fazem, que eu não sei se tecnicamente é viável, é fazer, ou lombas, para reduzir a velocidade de quem ali passa, ou lombas ou outra forma qualquer. O Senhor tecnicamente com os seus serviços deverá, melhor do que eu. E, portanto, era essa a atenção que eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Boa tarde Senhor Presidente. Membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Deputados. Senhores Vereadores. Público. Comunicação Social. Antes de fazer a minha intervenção propriamente dita, vou fazer aqui uma pequena deriva para agradecer, e porque se trata, também, quer dizer, do capítulo de obras, fazer aqui uma deriva para agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima o convite que nos fez para, digamos, assistir ao lançamento das obras dele, nomeadamente da obra dele. Acho que é uma atitude simpática e faremos os possíveis por lá estar. Só não nos disse se a obra foi por empreitada ou foi, de facto, de administração directa. Mas isso, depois, com certeza o dirá.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, relativamente ao assunto da minha intervenção, ele tem a ver, também, com uma questão de segurança, e segurança fundamentalmente à noite, quer para as pessoas apeadas, quer até para os automobilistas. Eu refiro-me à iluminação nocturna que falta na estrada, eu não sei o número dela, mas entre a rotunda do Modelo e a rotunda que vai para São Lourenço e Ancas. Portanto, quer sobre a ponte, quer sobre o caminho-de-ferro, na ponte de caminho-de-ferro, quer na outra estrada, na variante, naquela estrada relativamente recente, não temos iluminação. Eu penso que é um perigo enorme porque há pessoas que se deslocam ali pelo lusco-fusco e mesmo à noite agora pessoas que, enfim, fazem o seu jogging e tal, e eu já o fiz muitas vezes e efectivamente apanhei, já, enormes sustos. De tal maneira, que já evito fazer efectivamente esses passeios à noite, que me agradavam muito. Mas como a mim, como eu, muitas outras pessoas usam este percurso. Efectivamente é um perigo enorme. Não sei se depende directamente da Câmara ou não, efectivamente não sei, mas acho que seria de pensar em colocar ali iluminação. Muito obrigado." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), para um pedido de esclarecimento, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "O Senhor Presidente da Câmara disse aqui, na última Assembleia, que os passeios na Estrada 235, em Sangalhos, já estavam adjudicados e iam começar a ser feitos. Pergunto: por que motivo ainda não foram retomados os trabalhos? As pessoas continuam a ter, apresentar as suas reclamações. Foi colocado o lencil, nada mais foi feito. Quando vem chuva, as pessoas transportam as terras para dentro de casa, os carros enterram-se. Eu pergunto se ainda está muito demorado, ou não, o início das obras? Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente: há dois anos, a Câmara Municipal de Anadia assinou um protocolo com uma empresa no Vidoouro, a Socasca, para eliminar as lamas e as poeiras, as lamas no Inverno e as poeiras no Verão para não prejudicar mais a população. Pergunto: esse protocolo é para avançar ou a empresa ou a Câmara não se entendem no início desse, dar início à execução do protocolo? Também a Zona Industrial do Paraimo. Foram feitos lá, de facto, alguns melhoramentos, mas continua a não haver água na parte nova e continuam a reclamar, principalmente lá o depósito do gás, o proprietário do depósito do gás e a luz eléctrica, também que, vindo até à rotunda onde se inicia o lugar da Fogueira. Acontece que o Senhor Presidente disse que iriam começar esses trabalhos, até à data ainda não foram feitos. Tenho também, os lugares continuam a não ser, as estradas continuam a não ser melhoradas, embora possa dar aqui uma nota positiva nas que tem sido colocado tapete novo já é feita a marcação da estrada e as respectivas passadeiras. Portanto, isso já é, digamos, é de louvar porque felizmente está a haver também já alguma melhoria nessa parte. Aí quando se põe tapete há marcação e há logo as passadeiras. Também gostaria de perguntar aqui na parte cultural e desportiva: vão ser realizados jogos dos Salesianos, além de a Câmara disponibilizar todo o parque, todas as instalações desportivas, gostaria de saber quanto, e numa altura de crise, é que a Câmara participa monetariamente. Se pode dar essa explicação, também. Para já é isto." -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Depois de terminada a intervenção do Senhor Deputado João Moraes (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos Senhores Deputados, resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra:

----- *Começo naturalmente por responder aqui ao Senhor Dr. Cardoso Leal, sobre o problema da estrada apertada, com o que eu concordo plenamente. Ainda há dias fui aí a uma escola de preparação de cavalos, enfim, portanto, que é ali o "Equus Centri", logo à frente da sua casa, e realmente verifiquei que dois carros, se forem grandes, têm de esperar, mas isso, também o referiu, que é completamente impossível, não se podem tirar as casas. Ora bem, mas quem não conhece, vem por vezes ali lançado e o acidente muitas vezes é inevitável. Como sabe, já pensámos, embora isso não resolvesse tudo, já pensámos em anular lá as valetas, mas uma delas, e parte de outra, são de regadio, são complicadas, a intervenção é impossível. Portanto, restará, naturalmente, alguma tentativa de moderar ali as velocidades, já que a estrada é aquilo. Terá de morrer assim. Terão de procurar, aqueles que conhecem, outras alternativas, não passar por ali. Mas a verdade é que nem toda a gente conhece e, portanto, a estrada é efectivamente um perigo. Mas nós, se a Junta de Freguesia assim o entender, nós colaboraremos, efectivamente, iniciando por uma passadeira, até ver qual é o resultado. Se a coisa resultar, faremos mais uma ou duas, no sentido de ver se resolve esse problema, minimiza esse problema, porque resolvê-lo é impossível. Quanto ao Senhor Engº Carlos Coelho, eu penso que ele que se refere do Modelo para Mogofores. Modelo Filinto, será? Pronto. É evidente que é uma distância muito grande, fica muito caro. Poderemos, enfim, começar por ali dar algum, em especial, não sei, talvez naquela zona, elas são ambas precisas, ficam ambas bem, nada fica demais. Mas vamos estudar isso. Vamos ver o que é que podemos fazer, até porque trata-se só de iluminação pública, dado que está servido por, ali nem há casas, onde diz, e as casas que estão, estão servidas. Pode ser que se resolva. Eu vou tomar isso em linha de conta. Mas acho realmente pertinente, é perto da cidade, é perto aqui de Mogofores, acho interessante. Quanto ao Senhor João Moraes, eu quero-lhe dizer que era para começar hoje, ou éramos para começar hoje os trabalhos na 235. Se não começaram, é porque o empreiteiro não quis. Ele também tem os seus prazos e tem essa possibilidade de, naturalmente, adiar ou atrasar, desde que cumpra a programação da empreitada, nós não temos muito que ver com isso. No entanto, quero-lhe dizer que já foi feita a consignação e tudo, portanto, ele tem condições e devia começar. Se não começou, vai começar. É uma garantia esse trabalho. Mas, quero aqui frisar que aquilo que está adjudicado para que não digam, neste momento o dinheiro disponível, basta ir ao antigo orçamento, ao antigo que ainda é o actual orçamento, verifica claramente que aquilo vai até à Igreja de Sangalhos. Terá de haver uma segunda adjudicação, terá de ser para concluir, se for necessário, com passeios, ou pelo menos para concluir o arranjo urbanístico da estrada até Oliveira do Bairro. Essa fase não está, não vale a pena aqui estar aqui a criar algumas ideias que podem ser erróneas. Mas vamos tentar também dar resposta a essa parte que ficou desta empreitada. Fala do Vidoeiro, um protocolo. Ele não existe, há sim uma proposta. Houve uma alteração nos sócios da empresa e os novos sócios já*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foram contactados. Parece que concordam com a posição dos anteriores sócios da empresa, mas até ao momento ainda não se assinou o protocolo. Também é normal que, até aqui não terá havido prejuízo, mas agora aproxima-se o Verão, o pó, mas aliado às boas condições de pôr lá o alcatroamento, efectivamente seria uma boa altura para o fazer. Eu chamo isso à atenção da Junta de Freguesia que tem sido a pessoa mais intervintiva nesse sentido. A Câmara está disponível e, inclusivamente, já tem aprovação na própria Câmara Municipal de quando foi com os outros sócios. Provavelmente não vamos mudar de atitude e queremos, no fundo, é resolver o problema do Vídeoiro. A Zona Industrial, falou que foi feita alguma coisa, mas não foi feito tudo. Na verdade, falta lá, ainda, uma parte de saneamento que é a que liga exactamente, que é a mais fácil de todas mas que não foi feita, que é a que desce para o lado da Fogueira/Paraimo. A outra, para o lado de lá, já foi feita, portanto, foi um avanço grande que ficámos com o assunto resolvido de saneamento. Este aqui, vai resolver esse problema que disse desse lote industrial onde está o gás, que vai resolver isso também a curto prazo. Não sei se tem conhecimento também, foi resolvido o problema do, portanto, a preparação para ali junto, desculpem o termo, Sosalsa, fazer todo aquele enquadramento dos tapetes que tinha vindo a ser reclamado pela própria empresa que estava no lote imediatamente a seguir, mas que tinha razão. Quero-lhe dizer que foi possível, realmente, as estradas que fizemos agora utilizar aquilo que está a elogiar, e tem razão para elogiar e eu também fico satisfeito, que faz-se naturalmente a estrada e que se vai marcar. Tem sido realmente, temos tido essa preocupação, mas naturalmente que quando o tempo, quando é no Inverno, ou qualquer coisa, é muito mais complicado que isto às vezes há os seus atrasos, outras vezes avaria-se máquinas, e houve uma preparação do pessoal para efectivamente proceder a este trabalho. Quanto aos Jogos Salesianos, quero-lhe dizer que de acordo com os dados que temos na Câmara Municipal, são mil e quinhentas pessoas que vão estar aqui uns dias no nosso. Isto, dos praticantes que vão estar aqui uns dias no nosso concelho. Claro, tem a participação de muita gente, tem a visita aqui de inúmeras pessoas de todo, de África, da Ásia, etc., tem muita gente, portanto ligado à grande obra dos Salesianos, que vêm visitar aqui o nosso concelho. Curiosamente, foram os primeiros Jogos a fazer-se e agora, passados estes anos todos, voltam a ser em Anadia. É uma honra para os homens, para as pessoas de Mogofores, naturalmente também para a Instituição lá sediada, mas efectivamente também honra a Câmara Municipal e o Município de Anadia. Quero aqui também dizer-lhe que também tivemos participação financeira, não sei aqui de cor, mas pergunte aqui aos meus colegas, se eles se recordam, vinte mil euros, demos um apoio de vinte mil euros, e foi aprovado, para que não haja dúvidas, foi aprovado por unanimidade. Houve consenso, houve discussão e, portanto, é bom sinal quando as coisas acabam assim. Penso que a Câmara, neste tipo de coisas, tem obrigações de participar. É evidente que os Salesianos podem achar que era pouco, tinham-nos pedido um número interessante, mas nós não vamos mais além que aquilo que efectivamente podemos dar. Eles acabaram, naturalmente, por aceitar a situação e é essa a nossa participação. Penso que respondi." -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), que fez a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "E a propósito, do Senhor Deputado Carlos Coelho, eu queria pedir autorização para o felicitar pela sua intervenção em termos de iluminação. Mas gosto também de lembrar aqui ao Senhor Presidente da Câmara, e dar informação a esta Assembleia, de que na minha freguesia, Avelãs de Cima, e outras, mas a mim compete-me defender a minha, há muitas casas às escuras. Deve ser iluminadas todas as ruas, mas, muito especialmente, àquelas pessoas que têm as casas às escuras e a candeia já se foi. E a candeia e o azeite, de maneira que era bom que fossem, na medida do possível, iluminadas aquelas casas que estão às escuras. Obrigado."

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que encerrou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Armando, muito obrigado pelo seu elogio, mas eu aqui não referi a iluminação, as zonas habitadas, porque esse aí não imaginava que faltasse. Mas queria apenas reafirmar, de facto, e reafirmar com veemência, de facto, a necessidade desta iluminação nas vias que eu acabei de referir. Diz-me aqui o Senhor Presidente da Junta que eu me esqueci de falar, também, naquela estrada que liga o Parque das Merendas ao Cabeço e que passa também por cima da linha férrea e que efectivamente ali é uma escuridão assustadora e também extremamente perigosa. Eu penso que ele, inclusive, até já fez um requerimento no sentido de que essa situação fosse colmatada. A minha intervenção é só esta e, portanto, é para reforçar realmente com veemência, mais uma vez, repito, a necessidade de iluminar aqueles troços. Muito obrigado." -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra:

----- "É um assunto aqui relacionado com a freguesia do Senhor Armando Pereira e tendo em conta as declarações dele e as preocupações, em relação ao novo sistema de ETAR em Avelãs de Cima. Pergunto ao Senhor Presidente se a empresa que está a instalar esse sistema se, por acaso, se responsabiliza, ou não, e qual as garantias que dá à Câmara para o bom funcionamento do saneamento, uma vez que a população tem alguma preocupação quanto ao lançamento do saneamento para o rio. Uma vez que também estamos no início da época da Primavera e Verão, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se tem algum plano para combater futuros focos de incêndio que porventura possam surgir no nosso concelho e as respectivas precauções. E, já agora, gostaria de fazer um pedido ao Senhor Presidente, que fosse relembrado aos Presidentes de Junta para que colocassem nos lugares, nos locais habituais, a prevenção ao ateamento de fogueiras e queimas de resíduos porque a partir do dia de quinze de Maio o Instituto de precaução, portanto, ao ambiente, do Ministério do Ambiente, passa a aplicar coimas. Também gostaria de fazer um pedido aqui ao Senhor Presidente de Câmara, uma vez que já resolveu em 50% essa situação, em relação, também, à educação, os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alunos que utilizam, do lado norte do nosso concelho, os Salesianos, o Colégio Salesianos, têm transporte até à antiga passagem de nível. Os pais voltam a fazer nova petição para que a Câmara tente o melhor possível resolver o regresso dos alunos, uma vez que o autocarro não vai lá. Portanto, se do lado poente se é possível o autocarro poder apanhar lá os alunos num local a designar pela Câmara. É só." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), para um pedido de esclarecimento, que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Era para agradecer o apoio do Senhor João Morais, só que às vezes a gente desconfia, depois no fim eu pergunto-lhe se o apoio é gratuito ou se temos, vai cobrar honorários. Muito obrigado, Senhor João Morais." -----

----- Para responder às interpelações do Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

"Senhor Armando. As casas estão às escuras é porque eles próprios ainda não fizeram o pedido de ligação à EDP, e alumiam-se mesmo com azeite, ou velas, ou outra coisa, ou efectivamente estão às escuras por falta de iluminação pública? É que trata-se de iluminação pública a intervenção da Câmara Municipal, as outras, outro tipo de intervenção, pode ser considerado outros apoios. É porque se realmente há ruas por iluminar onde há casas, enfim, deve pedi-lo à EDP ou, se assim o entender, à Câmara Municipal que encaminhará para a EDP esses problemas. É claro que o Senhor José Carlos, pois a gente temos de pensar, fazer aquela, fazer a outra e tal, não podemos fazer tudo. Vamos fazendo, vamos fazendo. E temos de dar prioridade às coisas. Naturalmente que é pena é quando se fazem obras daquelas, já lá vão uns anos, não terem naturalmente conseguido que ela tenha sido também iluminada. Porque para aqueles indivíduos, eu recordo-me perfeitamente que para calar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia então em Mogofores, que lhe deu dinheiro. Deu-lhe dinheiro. Toda a gente se recorda, não é Senhor José? E, portanto, se tiver de ser reivindicado também a iluminação, se calhar hoje tínhamo-la lá. Isto é sempre assim. Eu, por exemplo, temos aquela iluminação ali junto, que agora há-de ligar a Malaposta a Sangalhos, eles não têm lá considerado iluminação, portanto, entre o que está do lado de Sangalhos e a rotunda, só iluminam a rotunda. Estão enganados, porque eu não faço nenhum protocolo com eles sem ter lá a luz toda. Não me convidem para inaugurar que eu não vou. Têm de pôr lá a electricidade porque não se comprehende que fique ali uma lacuna, ponte e tudo sem iluminação. Então, mas como é? Estamos a brincar com quem? Tanto cuidado, tantos anos para fazer um projecto e depois ainda vêm com esta, naturalmente, com lacunas deste género. Não. O Presidente da Câmara não alinha nisso. Isto é só para saberem que a nossa preocupação é fazer as obras o melhor possível. Também temos as nossas falhas, como é normal, mas naturalmente que vamos tentar colmatá-las logo a seguir. E é o que eles têm que fazer. Portanto, também não estou aqui a arranjar nenhuma defesa para dizer que não vou electrificar essa ponte, ponte sobre o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caminho-de-ferro, não é isso. Mas, naturalmente, que - a ponte, pois, a estrada. Portanto, em princípio, naturalmente, nós também vamos ver até onde é que vai a nossa disponibilidade financeira. Agora, falando do Senhor João Moraes, se a ETAR oferece todas as condições. É evidente, essa e outras. As ETAR's que hoje, estão garantidas. Estão garantidas, o seu funcionamento, quer em termos de cheiros, quer em termos de tratamento do efluente. Naturalmente que não tem nenhum problema. Tem de ser dada garantia pela empresa que a monta e, naturalmente, tem de ter licença do domínio hídrico e os homens do ambiente não dão licença se a ETAR não resultar, portanto, da melhor forma possível. É claro que não vai haver problema para as populações. Mas, também quero deixar, o que eu disse às populações não deixo de o dizer aqui. Eu, já respondemos às populações, dizer-lhe os dados técnicos que temos, e eu, mesmo assim, estamos a estudar eventual alternativa, porque o Presidente da Câmara de Anadia não está aqui para se confrontar com as populações. O Presidente da Câmara de Anadia está aqui para resolver em diálogo com as populações. Se eles nos provarem que efectivamente aquilo está tudo errado, que aquilo lá que o prejudica, a Câmara de Anadia, nomeadamente o seu Presidente, não está com, vamos equacionar isso tudo, não temos nenhum problema. Só montaremos tudo quando efectivamente houver condições para tal. E, portanto, vamos aguardar todos os esclarecimentos específicos. Sobre fogos florestais, como sabe, hoje, mais que nunca, a protecção civil com a nova lei, tem de estar actuante, de uma forma muito mais evidente que estava até aqui. A ligação com a Câmara Municipal, com os Bombeiros e com outras entidades adequadas naturalmente à chamada protecção civil, onde se enquadraram os fogos florestais, está a funcionar. Deus queira que a sua actividade não seja necessária, mas tem de estar preparada para dar estas respostas. E isso está a fazê-lo. Vamos lá ver, esta ano, mais uma vez, já fomos flagelados, o nosso concelho foi poupadão, mas também é facto que a colaboração entre a protecção civil, portanto, os Bombeiros, tem vindo, permanentemente, a deixar, portanto, na estrada, na floresta, as melhores ligações possíveis, de maneira que a acessibilidade, pelo menos em termos de vigilância, seja um facto que não seja necessário para os grandes transportes, embora estejamos preparados para isso, transportes de água, disto, etc., e outros camiões. A verdade é esta, nós estamos preparados. É claro, refere-se aqui dos Presidentes de Junta, que devem colocar editais, decorre da lei. As pessoas sabem que o período crítico não é permitido fazer fogueiras. É claro, mas se as Juntas de Freguesia entenderem, naturalmente, dar, reforçar essa obrigação de abstenção de foguear, acho que lhe fica bem, mas é um problema que lhe diz respeito a eles. Quanto aos alunos do Colégio Salesiano, o problema dos transportes, nós compreendemos isso, as dificuldades são sempre grandes. Mas, isto implica verbas e, acima de tudo, nem serão as verbas, porque isso a Câmara tem vindo a responder. Isso é o problema da utilização de veículos que passam a ter problemas, passam a ter dificuldades em termos de resposta para outros serviços. As empresas não estão assim com, quer dizer, o percurso é, de certa maneira, complicado que os leva a, muitas vezes, pedir dinheiros exorbitantes, ou então, a dizer, pura e simplesmente, que não tem viabilidade. Nós, no entanto, entendemos que poderá ser encontrada uma solução. No



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, para isso, eu peço aos meus serviços, ao Cândido e ao, e naturalmente ao Vereador Sampaio, para ver, em pormenor, se podemos minimizar essa situação. É tudo, penso eu. Muito obrigado, Senhor Presidente." -----

----- Concluída a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e na ausência momentânea do Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Mesa da Assembleia, a Senhora Primeira Secretária concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), para uma nova intervenção, a qual se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Era para informar o Senhor Presidente de que, normalmente, nas extremidades das ruas, as casas novas que vão aparecendo, eles queixam-se que têm que pagar, normalmente, ali na ordem dos mil euros, têm que pagar um poste, ou dois postes, mas pelo menos um poste têm que pagar sempre. E o poste fica sem o candeeiro, nomeadamente um assunto que o Senhor conhece bem, que é a extremidade da Rua da Perdigão, no Pereiro, que há uns anos, e de vez em quando, uma Senhora funcionária da Câmara pergunta-me se já foi instalado aquela rede, os dois ou três postes e candeeiros. E ainda não foi. O Senhor disse-me, aqui há uns anos, que já tinha pago esse ramal, mas a verdade é que ainda não foi instalado." -----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado Armando Pereira, a Senhora Primeira Secretária passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Fale-me disso um dia na Câmara para nós irmos procurar o ofício e ver onde é que isso está parado. Porque se tem feito todos os pedidos, a EDP tem atendido, a não ser aqueles que não têm viabilidade, fale-me na Câmara, se faz favor. Mas fiquei contente por saber que não havia lá quem se iluminasse a azeite, ou a óleo, ou a outros ingredientes semelhantes." -----

----- Entretanto, tomou a palavra o Senhor Deputado João Morais (CDU), que expôs o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Na Rua da Sangália, onde foi feito o saneamento agora recente, os moradores queixam-se que, portanto, aquilo abateu e têm dificuldade em passar lá com os automóveis, portanto, com as viaturas. Agradecia que o Senhor Presidente mandasse novamente lá pôr mais um bocadinho de tout-venant, a fim de minorar os prejuízos." -----

----- Não tendo havido quaisquer outros pedidos de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, a Senhora Primeira Secretária deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma: " Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2008, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA". Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto, introdução essa que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Trata-se, como vêem, de um documento exaustivo, um documento que, para quem não é técnico de contas, algo de, tem algumas dificuldades de interpretação, todavia, aquilo que se pretende dar, com este documento, é o resultado final da acção da Câmara em termos de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relatório e contas no ano de dois mil e oito. Trata-se de um ano que, na linha dos anteriores Executivos, não fugiu muito àquilo que vinha sendo feito. Dirão que a execução em termos de receitas e despesas, essas coisas todas, que normalmente vêm expressas neste documento, por força da lei, dirá muita gente, enfim, que não se atingiram números satisfatórios. É evidente que a Câmara com este, neste relatório de contas, demonstra exactamente o que foi possível fazer e, naturalmente, também demonstra aqui, de uma forma clara, que efectivamente as receitas deram para cobrir efectivamente a despesa, como sabem, apresentando, naturalmente, um saldo que, por força da lei, é imediatamente remetido para uma primeira revisão de contas que é obrigatória e da qual à frente falamos. Portanto, não vou aqui fazer a tal discussão aberta deste documento, mas sim preparar-me para, naturalmente, tentar ajudar-vos a compreender por que é que certos números aqui aparecem, não tanto em quantidade, porque muitas vezes isto é uma questão de contabilidade, não é uma questão, não tem outro tipo de interpretação e, portanto, esses sim, dependem naturalmente de uma explicação mais técnica, que eu nem sempre estou preparado para fazer. Portanto, Senhor Presidente, penso que, de certo modo, que o documento, na generalidade, enfim, retrata exactamente aquilo que eu fui aqui dizendo, mais, eventualmente, muitas outras coisas que os Senhores Deputados irão aqui, naturalmente, confrontar-me." -----

----- Decorrida a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Primeira Secretária concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), para fazer a sua intervenção, a qual se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. Mais uma vez estamos a fazer o nosso comentário às contas de um ano neste mandato do PSD. É o último ano, é a última ocasião em que faremos este comentário, neste mandato. Podemos, portanto, fazer um balanço. Eu gostaria sempre que o documento fosse mais explicativo, até em termos de texto, que não fosse só números, que apontasse, de uma maneira mais clara, o que foi conseguido, o que não foi. Mas, em particular, sobre um ponto muito específico, que também é referido, dos subsídios às Associações, eu gostaria de saber os critérios. E, portanto, nesse sentido, eu tenho aqui um requerimento, que vou depois apresentar à Mesa, para que nos seja facultada uma informação sobre os subsídios atribuídos pela Câmara às diversas Associações, Culturais, Recreativas, de Beneficência, enfim, todo esse tipo de Associações. Não é que eu ponha em causa, digamos, a utilidade e a bondade desses subsídios, mas há sempre motivos para suspeitas de favoritismo de isto ou aquilo e, portanto, é nesse sentido que gostaria de perguntar à Câmara se tem algum regulamento. Por exemplo, sei que uma Câmara vizinha, a da Mealhada, fez uma operação de aprovação de subsídios na base de um determinado regulamento, gostaria de saber se ele existe, quais os critérios e, portanto, vamos fazer esse requerimento. Quanto a comentários mais gerais, nós, eles já foram em grande parte feitos pelos nossos Vereadores, na reunião da Câmara Municipal, nós em grande parte são repetidos, são avaliações que nós fazemos, da mesma maneira que fizemos nos anos anteriores. Vem a questão repetida da baixa taxa de execução, mais uma vez ela se repete. Não vou repetir os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

números que os Senhores Vereadores apontaram em determinadas rubricas que para nós são importantes. A própria imprensa, já se fez eco de algumas dessas taxas que nós lamentamos, baixas taxas de execução em áreas tão importantes e de carência para o nosso concelho. Anotei, também, digamos, a desculpa, se assim posso dizer, a reacção do Senhor Presidente da Câmara a essas críticas de que havia atrasos de disponibilidade de subsídios comunitários. Eu admito que possa ter razão, enfim, mas nesse caso o que eu digo é que todos os anos temos estas taxas de execução tão baixas e, portanto, há-de haver uma razão, é uma marca, diria, deste mandato do PSD. Nós além da crítica que fazemos à taxa de execução, nós temos outras críticas de orientação política. Nós temos uma diferente visão da estratégia de desenvolvimento para o concelho, damos prioridades a outras coisas que pensamos que esta Câmara não atende como deveria atender. Nós achamos que devia atender mais à qualidade de vida dos cidadãos, devia atender mais à questão do ambiental. As velhas críticas sobre o saneamento, sobre a recolha de lixo, fazemo-las mais uma vez. Anotamos, inclusivamente, que um concelho vizinho da Mealhada, teve uma notação elogiosa e foi até considerado o concelho mais ecológico e que, portanto, pôs em prática medidas que defendem a qualidade do ambiente. Aí está alguma coisa que nós gostaríamos de ver, um galardão que gostaríamos que fosse atribuído ao nosso concelho. Nós somos a favor de atracção de emprego. Mais uma vez repetimos a crítica à política de parques industriais. Anotamos que um concelho vizinho de Oliveira do Bairro, entre outros, aqui também perto, que têm um desempenho muito mais eficaz nesse objectivo do que o concelho de Anadia e a Câmara de Anadia. Anotamos a questão da cultura e uma referência que o Senhor Presidente da Câmara fez a dar a entender que quase que ela está resumida no nosso concelho à Feira do Vinho. Achamos que a cultura é algo mais, sem pôr em causa o interesse da Feira do Vinho, a cultura não se pode resumir a isso e tem que ser mais do que isso. Relativamente à acção social, nós achamos, e daremos todo o apoio à Câmara, de tudo o que possa fazer para minorar situações penosas do nosso concelho, de populações do nosso concelho. Aliás, na linha, também, do que o nosso Vereador Lino Pintado também já propôs. Enfim, é este, digamos, é esta repetição de críticas que nós mais uma vez fazemos. Pensamos que as nossas críticas são justas, e são tão justas, que inclusivamente dirigentes do PSD as têm corroborado, dando-nos razão. Ainda aqui há tempos, tive oportunidade de comentar as críticas feitas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que aqui não está presente neste momento, relativamente, por exemplo, ao saneamento e à Zona Industrial. Portanto, até dentro do próprio PSD temos, digamos, esse apoio em críticas que temos feito tantas vezes. Até o Senhor Presidente da Concelhia, da Comissão Concelhia do PSD, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, falou, também, em estruturas desaproveitadas, em falta de diálogo, de respeito pelos cidadãos. São coisas que nós temos dito. Estas vozes discordantes dentro do PSD, a nível de responsáveis, são mais uma prova daquilo que temos dito de que esta maioria do PSD está esgotada, de que se aproxima o fim do ciclo da maioria do PSD no nosso concelho. Nós temos dito, várias vezes, que são precisas, o nosso concelho de Anadia precisa de novas caras, novas ideias, novos projectos, e realmente o Senhor Presidente da Comissão Concelhia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PSD veio dar-me razão, precisamente nesta necessidade. Simplesmente, as novas ideias e os novos projectos, não podem vir de quem tem sempre apoiado as velhas ideias e os velhos projectos. As novas caras, as novas ideias, os novos projectos, virão do PS. O PS é a alternativa para o concelho de Anadia." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que reassumiu o seu lugar na Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Passo a cumprimentar, nesta primeira minha intervenção. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, comunicação social, muito obrigado. Vou fazer uma breve intervenção e começando por referir em relação a este documento de prestação de contas, que tem alguns avanços, relativamente ao ano anterior, está, de certo modo, melhor apresentado, com alguns mapas que mostram a evolução de alguns indicadores, que mostra que tem uma situação patrimonial equilibrada, que tem uma boa situação financeira, aliás, conforme podemos ver aí pelos indicadores que estão aí no mapa de prestação de contas, penso que na página vinte e cinco, estão aí alguns indicadores que mostram a boa situação, naturalmente, pronto. Depois, se a situação financeira, de certo modo, é confortável, claro, já a mesma coisa não podemos também falar sobre a situação económica. Mas, antes de, já agora posso acabar, porque a situação económica deste ano, como se pode ver aí na página dezassete, vemos aí esse conjunto de resultados e a evolução dos resultados nos últimos três anos, o que é positivo, naturalmente, nós podemos acompanhar essa evolução, mas mostra que este ano houve uma queda abrupta, substancial, nesses resultados, em todos os tipos de resultados, naturalmente. O que, como resultado líquido, no final, tem um resultado negativo, conforme se pode verificar. Gostava que o Senhor Presidente fizesse alguma referência a este aspecto. Também ainda em termos de resultados, gostava que o Senhor Presidente desse uma breve explicação sobre os resultados extraordinários que vêm na página trinta e três. É um valor bastante considerável e que, é um valor que tem, é um valor global que não tem outra explicação, é o valor de mais de um milhão de euros, penso que é um valor significativo e acho que devia o Senhor Presidente dar uma explicação sobre o que é que está enquadrado nesta rubrica. Página trinta e três, é a demonstração dos resultados extraordinários, há lá uma rubrica com um proveito, tem mais de um milhão de euros e, portanto, gostava de ouvir uma explicação sobre este aspecto. E finalmente, ou talvez não, ia referir aqui a questão do património. Como é sabido, e vem lá escrito, há uma reserva às contas pela Revisora Oficial de Contas. Naturalmente que a Revisora Oficial de Contas mostra uma reserva, se mostra uma reserva é porque não acredita totalmente nas contas. Ela especifica realmente onde é que mantém a reserva, é nos imóveis de domínio público, não diz porquê, porque é que é essa reserva, naturalmente, pronto. Mas gostava, também, de ver se era possível saber por que é que realmente é esta reserva. Mesmo em relação a este, o mapa do património, há aí mais alguns aspectos que eu gostava de referir, no sentido até de melhorar a sua apresentação, porque há valores que não estão devidamente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explicitados. Eu podia dar um exemplo do que é que pretendo dizer. Ái na página vinte e dois, só para se entender, na página vinte e dois vem o valor, o total da conta 421 tem lá dez milhões, oitocentos e dez, é o valor que vem exactamente igual ao do balanço, o que está perfeitamente correcto. Mas se nós verificarmos isso nas outras contas, digamos assim, não vêm esses totais, o que nos dificulta, de certo modo, a análise deste documento e compará-lo com o balanço. O que eu penso é que, isto é uma questão, isto é feito informaticamente, era uma questão de pôr mais uma linha e mais um somatório para agregar os vários sub valores que aparecem e nos facilitaria a vida para fazermos esta análise. Eram estas algumas das chamadas de atenção que eu queria fazer, mas queria chamar mais, já agora, só mais um aspecto: na página trinta e um, vem aí essa conta 4233 que tem um valor que não coincide nada com o que está no balanço e até, segundo a minha opinião, penso que até faltam aí valores, porque depois passa logo para a 424, portanto isso está muito longe do valor que está no balanço e faltam aí outras rubricas, naturalmente. Portanto, também solicitava esta correcção, naturalmente para que a apresentação viesse melhor para nós e podermos fazer uma análise. Curiosamente, a conta 45 são os bens de domínio público, são os valores e até coincidem, quase na totalidade, os valores do património com os valores que vêm no balanço. Só mais uma pequena chamada, mais uma análise que eu pretendo fazer, já foi feita pelo meu colega, Dr. Cardoso Leal, mas realmente, sobre a taxa de execução, que tem sido baixa, que foi baixa, naturalmente, e que vem até confirmar se nós, e o mapa até está bem apresentado, tenho que realçar esse aspecto, porque permite-nos comparar a evolução das várias rubricas ao longo dos anos, o que permite verificar que há aqui alguma constância de incumprimento, digamos assim, daquilo que foi o orçamento e que foi inscrito no orçamento. Portanto, isto tanto da parte da receita, como da parte da despesa, e até penso que está aqui um mapa duplicado, penso que está aqui um mapa duplicado, o da página três e da página quatro são iguais. Pronto, possivelmente, estará duplicado. Mas há aqui uma particularidade, Senhor Presidente. É na página dois, na questão daqui do mapa das contas, os bens de investimento, a venda de bens de investimento, apenas se venderam 0,6%. É na página dois, da prestação das contas, na página dois, análise da execução orçamental, está aí nas receitas de capital. Desculpe, eu tenho que falar assim um bocadinho mais rápido porque, senão, depois o tempo é escasso e já me chamaram a atenção aqui, cuidado com o tempo, depois, é que realmente depois isto dá um pouco, algum embaraço, mas, pronto. É que isto realmente..." -----

----- Interrompido que foi o Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) pelo Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, tendo começado por dizer que não poderia aceitar o tipo de aparte que tinha sido perpetrado por este último Senhor Deputado. Esclareceu, depois, o Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) que as regras estavam perfeitamente definidas no Regimento da Assembleia Municipal e que os procedimentos não aconteciam ao sabor da disposição de alguém. Acrescentou, ainda, que inclusivamente tem sido tolerante nessas abordagens, o que lhe tem custado a acusação de outros Grupos Municipais devido à sua excessiva tolerância. Portanto, reforçou que tal não impedia que os Senhores



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados pudessem fazer uma nova intervenção, de mais dez minutos, primeiro, e depois mais cinco, porque estavam a falar de intervenções. Concluída a precisão, devolveu a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) para dar continuidade à sua intervenção, que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "É que realmente também nós trazemos estas coisas minimamente preparadas. Também entendo perfeitamente que, dito de tão rápido, causa alguma perturbação, também me causava a mim. Pronto, mas é o fruto das circunstâncias e é assim. Mas é só para chamar a atenção. Aqui a percentagem de venda foi, comparativamente com, ainda o ano anterior tinha sido 90%, depois 13% no outro ano, em dois mil e seis, mas este ano foi 0,6, quer dizer, só, de venda, 0,6%. Pronto, desculpe, Senhor Presidente. Eram as questões, para já, que eu tinha para levantar. O tempo é curto. Temos que nos limitar. Para a próxima vez, pode ser que tenhamos mais algum tempo. Muito Obrigado." -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS) para uma outra intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, de facto, o Senhor tem razão relativamente aos tempos, mas há uma coisa que é importante, e eu não posso deixar de fazer, e agradeço que não conte este tempo que eu vou usar para fazer esta afirmação. Eu julgo que há determinadas situações em que o tempo devia ser revisto. Estar a discutir orçamentos, e estar a discutir contas, prestação de contas, que são documentos enormes, que devem ser discutidos com alguma profundidade, acho que o tempo que está marcado para cada grupo político, eu entendo que deve ser revisto. Acho que numa próxima revisão do GAMA, se deve ter isso em consideração, porque senão, para discutir documentos destes com cinco minutos, para mim, considero que é um tempo muito curto e que não deve ser considerado. Bom. Mas agora vamos ao que interessa, àquilo que estamos a discutir. E, a minha intervenção tem a ver aqui com uma situação que eu, numa análise superficial, não foi profunda, constatei aqui. Constatei aqui duas coisas que são extremamente importantes que têm a ver com o relatório, ou com a relação do património, com o relatório não, com a relação do património. Em relação aos exercícios e aos documentos dos anos anteriores, eu vejo aqui uma diferença abismal no que concerne ao valor atribuído, não só aqui à Praça do Município, como ao Jardim Visconde Seabra. Isto para não falar noutra coisa. Mas, depois vamos lá. O ano passado, portanto, no relatório de dois mil e sete, e já no de dois mil e seis, e no de dois mil e cinco, aparecem aqui os arranjos exteriores da Praça do Município, com quatrocentos e oitenta e três mil euros. E aparecem os arranjos exteriores da Praça Visconde Seabra, com novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e seis euros. Bom. Relativamente ao ano de dois mil e oito, aparece a Praça do Município com sessenta e dois mil e quinhentos euros, e aparece o Jardim Visconde Seabra com cento e vinte e cinco mil euros. Bom. Há aqui uma diferença de um milhão, duzentos e não sei quantos mil euros. Ora bem. Que credibilidade é que isto tem? Quem foi a pessoa que fez isto, ou as pessoas, que apresentam aqui diferenças brutais deste montante? Isto quer dizer o quê?



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quer dizer que, se formos a considerar estas diferenças, o património da Câmara, só nestas duas peças, reduziu-se um milhão e duzentos mil euros, o que não é verdade. Depois, outra coisa que é extremamente importante e que deve ser assinalada. Há aqui classificações patrimoniais que este ano não têm nada a ver com as classificações patrimoniais que foram atribuídas nos anos anteriores. Isto é, o que estava, por exemplo, em quatrocentos e vinte e dois, este ano, passou para o quatrocentos e cinquenta e um, e não há uma palavra, neste relatório, nesta relação do património, que diga assim: meus Senhores, estes valores, ou estes edifícios, ou este património estava classificado em tal parte, agora passou a ser classificado nesta parte. Ora bem. Uma pessoa, a maior parte de nós que analisamos isto somos leigos na matéria, se quem faz isto não dá o mínimo de informação, quem se debruça sobre isto passa a ter uma dificuldade. Isto, para já, não é fácil, mas a dificuldade é acrescida. Eu não quero acreditar, nem me passa pela cabeça, e digo isto com sinceridade, isto não é intencional. Eu tenho a certeza que o Presidente da Câmara, nem os seus Vereadores, façam isso com a intenção de baralhar a oposição. Não acredito nisso. Mas, isto também acontece, mas há um raciocínio que eu faço. É que o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores não têm o mínimo de conhecimento disto nem olhem para estas coisas para poderem agora justificar esta dúvida que eu tenho – por que é que isto aparece assim? Bom. Portanto. O que é que isto provoca? Retira credibilidade aos documentos, retira credibilidade. E, por outro lado, se estes números, e se estes valores, nesta relação do património foram mal transcritos e mal calculados do património do ano anterior para este ano, não há dúvida nenhuma que o património da Câmara aqui está reduzido, para além das amortizações que é normal que seja reduzido, brutalmente reduzido por força de erros, provavelmente que tenham sido cometidos. Muito obrigado." -----

----- Tendo sido interpelado pelo Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), e antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu, num primeiro aspecto, que estavam a trabalhar com uma grelha alargada de cento e vinte minutos, pelo que, e obviamente, tal teria repercussão e consequências nos GM, conferindo-lhes mais tempo. Para ser concreto, esclareceu que o PSD tinha quarenta minutos e o PS vinte e quatro minutos, os quais, do PS, até já se encontravam esgotados. Segundo, referiu que aos Senhores Deputados lhes assistiam direitos, mas não deixou de lembrar que também tinham deveres a cumprir, nomeadamente, respeitar as regras regimentais. Para terminar, recordou competir exclusivamente aos GM e aos Senhores Deputados gerir o tempo da respectiva bancada, adiantando, mesmo, tratar-se de algo que ultrapassava a Mesa. E voltou a lembrar que, independentemente de se gostar ou não do Regimento, ou do mesmo estar ou não adaptado, havia algo incontornável, era que o Regimento estava aprovado e, na medida do possível, devia ser cumprido, pelo que disse ser escusado andarem permanentemente a levantar as questões do tempo porque já conheciam as regras há bastante tempo e só tinham de saber funcionar com elas, destacando a importância do esclarecimento das matérias e do debate político. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira (PSD), que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Ó Senhor Presidente, se calhar era preferível, até me pediu dois minutos, eu não tomar a palavra, mas pronto, está bem. O que eu queria dizer é que, em relação aos tempos, eu acho que o mérito está cada um dizer muita coisa em pouco tempo. Agora, queria pedir autorização ao Senhor Dr. Cardoso Leal para me dirigir a ele. O Senhor, se bem me lembro, parece que entendi o Senhor a dizer que o ciclo do PSD tinha chegado ao fim. O Senhor, mais ou menos assim. O Senhor é uma pessoa muito sabida, de saber experiência feito, até pelo seu currículo político. Agora, se o Senhor tem a capacidade de adivinhar o futuro, eu até precisava de um conselho seu, estou para fazer um negociozito, talvez seja conveniente. Muito obrigado. Desculpe." -----

----- Para fazer uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), interpelação que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "E aproveito para dizer que, infelizmente, nem todos têm a mesma capacidade do Senhor Armando para dizer muita coisa em poucas palavras. Mas isso, as pessoas não têm culpa de serem limitadas e de ter, cada um nasce com as suas características, é o seu génese e, portanto, nem todos somos iguais. O Senhor tem razão, Senhor Presidente, relativamente aos tempos. São conhecidos, está no GAMA, tudo isso absolutamente correcto. Só que também aquilo que eu quero dizer, ou que já disse, é que deve haver uma certa tolerância, pelo menos em determinadas matérias que aqui são discutidas, para que os tempos que se usam, não haja uma rigidez matemática como tem sido muitas vezes usada. É só isso, mais nada." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, subsequentemente à interpelação do Senhor Deputado Acácio Maçãs (PS), disse ter em boa conta o que o Senhor Deputado tinha acabado de referir e voltou a destacar que a Mesa não usava dessa precisão matemática que o Senhor Deputado tinha adiantado, mas vinha sendo tolerante, concedendo, por vezes, um ou outro minuto a mais quando um Senhor Deputado está a intervir, por considerar importante não cortar-lhe a palavra e por considerar que deve haver tolerância no desempenho dos lugares. ---

----- Dando seguimento ao debate, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões que lhe haviam sido colocadas, o que fez da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Bem. Parece que tenho aqui dois tipos de discussão em cima da mesa. Uma política do documento e outra naturalmente financeira, ou económica. Ao Senhor Doutor Cardoso Leal. Enfim, ouvi-o com muito cuidado (está bem disposto hoje e eu também, Senhor Dr.). Mas há uma coisa que eu lhe digo. Umas contas, não são realmente, são números, mas os números também contam. E, questiona-me sobre os subsídios às Associações. Quero-lhe dizer, em primeiro lugar, que não tenho regulamento e parece que a Câmara Municipal, embora do seu lado, do lado do PS, me venham falando muito em regulamentos, mas é precisamente por causa dos regulamentos, regulamentos - eu vou-lhe dizer isto assim com um bocadinho, mas a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

brincar, não é para doer - regulamentos como o PS, estou eu cansado de ter e, depois, não tenho a possibilidade de aplicabilidade da legislação porque o regulamento entra num grande complicação que não me deixa aplicar, naturalmente, o tal projecto que a Câmara tem. É exactamente por isso que as Associações sempre que são beneficiadas de algum subsídio, não é o Presidente da Câmara que aleatoriamente lhe dá o subsídio. Leva-o à Câmara e é votado. Felizmente, tenho que dizer que a Câmara tem votado numa grande percentagem, quase por unanimidade, esses próprios subsídios. Portanto, não estaremos muito longe. Se se refere a algumas Associações que eu não posso aqui enumerar, mas que com certeza que as há, que querem subsídios por tudo e por nada, que fazem despesas, que apresentam as coisas já consumadas, quero-lhe dizer que o dinheiro público tem regras para ser aplicado e a Câmara tem de ser, essencialmente, a primeira a pugnar pela aplicação dessas regras. Portanto, muitas vezes aparece... Outras vezes, há Associações que, enfim, que sonham que é possível tudo e mais alguma coisa, não é. A Câmara não tem muito dinheiro para dar. Acontece, até, que muitas das vezes, sabe que não são assim tão apoiadas quanto, mas que fazem, digamos, colaboram com o Presidente da Câmara, tenho que o dizer claramente, que acham que às vezes até há subsídios a mais, note-se isso. Provavelmente, não fez uma intervenção no sentido de dizer que eu que dava demasiado às Associações. Assim como às Juntas de Freguesia. Nada me obriga na Lei a participar nas Juntas de Freguesia, mas nós temos o cuidado de interpretar todos os pedidos das Juntas de Freguesia e fazemos em reunião de Câmara, que também esses, há cuidado, há um método, sem ser regulamento, há um método de aplicação. Mas isso, são situações que fez bem em apresentá-las porque elas fazem parte, no fundo, das contas. É esse avolumar de números que dão as contas finais. Estamos absolutamente de acordo. Mas quis, pela forma simpática como apresentou o problema, eu também quero-lhe dizer que penso que estamos a trabalhar no sentido transparente em termos de subsídios. Agora, vamos a outros números. E outros números falam-nos de taxa de execução. E falam em taxa de execução em ambiente, em saneamento, em águas. Águas, está quase tudo feito, como sabe. Saneamento, ainda nem sequer abriram as candidaturas aos Fundos Comunitários, que já lá vão dois anos e meio que devíamos andar a trabalhar, ainda nem sequer abriram as candidaturas para saneamento. Logicamente, eu devolvo ao Partido Socialista, e a quem nos governa, essa responsabilidade. Ambiente. Ambiente, vê-se. Saneamento é ambiente. Então, mas saneamento é só caixotes de lixo? Não. É muito mais que isso. E nós, penso que estamos a trabalhar, dentro das nossas limitações, dentro daquilo que é possível fazer. E, senão, reparem. Há Câmaras onde a ERSUC é a principal e única agente da recolha de lixo. Vão ver aqui ao nosso Município vizinho, Cantanhede. Vejam lá que coisas bonitas vêm por lá. E aponto: Marvão, Labrengos, Covões, eu falo ali Malhada, falo realmente dos lugares que estão ali à minha volta. Porque se alguma coisa tem sido feito para melhor em algumas dessas terras, até se deve, naturalmente, ao empenho de muitos Presidentes de Junta que aqui no meu concelho também o têm feito: localização de caixotes de lixo, limpeza de monstros, etc.. Eu tenho que dizer que esse assunto, essa actividade toda devidamente, portanto, concretizada em números, daria, por certo, um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

número interessante aqui, que não o 1%, como vocês dizem que o saneamento que é o nosso desenvolvimento. Mas, atenção. Claro, mas numa taxa de 1%, de 45/50% de uma taxa de execução, acontece que em muitas outras acções, nós temos 80/90%. Ultrapassámos largamente a taxa. Por que é que ao fazer a crítica, não nos dizem: bem, vocês tiveram só 1% em coiso. É pá, oiça, mas em desporto, ou em educação, ou nisto ou naquilo, vocês têm 70 ou 80%. Ora bem. Isso é que são, vocês só dizem os números que vos convém dizer. Aliás, o que é legítimo. A média não é 1%. A média são 45/50%, está cá escrito. Bem, mas eu não tenho que responder. Eu estou a responder às primeiras perguntas, a essas não tenho que responder agora e peço desculpa ao Senhor Presidente desta Assembleia. Portanto, isto são as chamadas percentagens que, analisando um documento à nossa maneira, dão. Eu analiso por este prisma, tenho x %. O outro analisa por outro, e os contabilistas, os homens ligados à economia, às finanças, sabem que é assim e, por isso, é que as interpretações são diversas. Quando fala de ambiental, eu até lhe digo uma coisa. Fartam-se de escrever os jornais: e tal, acidentes, milagres ecológicos... Eu ainda, meus amigos, eu ainda não perdi uma em Tribunal. Também eu nunca lá fui, não é. Ainda não perdi uma em Tribunal, de ambiente. Nem com esses grandes adversários, portanto, o impacto que têm a nível nacional e da ... nem com a QUERCUS. Ainda não perdemos uma. Portanto, parece que o ambiente não está assim tão prejudicado. Está para alguns, porque não lhe agrada, o desenvolvimento industrial não lhe é favorável, e outras coisas mais não lhe são favoráveis, e eles queixam-se, barafustam, criam Associações, fazem essas coisas todas. Fazem muito bem. Mas eu é que não vou nessa. Continuo paulatinamente a exercer aquilo que o orçamento que vocês aprovaram nos deu para possibilitar. Eu teria aqui logo uma resposta muito interessante que serviria naturalmente a outras, que está aqui onde o Dr. Álvaro Pereira também falou, que é o problema da taxa de execução. Eu, se fizesse como não faz o Governo, e devia fazer, um orçamento rectificativo retirava rapidamente aquilo que eu não pude fazer, ou não quis fazer, e a taxa subia para 80 ou 90%. Mas eu não fiz isso. Não fiz isso, mas não me importo de passar a fazer, se for essa a vossa vontade. Embora, naturalmente, como se diz aqui, começa-se a desenhar o princípio do fim do PSD. Está enganado, Senhor Dr.. Vá pensando é no seu fim. No meu, e do PSD, não pense, porque estamos cá para a luta. Estamos cá para a luta clara, transparente, sempre atacando naquilo que é fácil a vocês defenderem e que a nós é difícil atacar ou contra-atacar porque temos a responsabilidade de fazer. E o povo ainda não vos deu essa responsabilidade. Ainda só vos deu uma responsabilidade, falar mal, falar do que não se faz. Hoje, estiveram mais ou menos. Hoje já disseram qualquer coisa: parabéns pela estrada aqui ou por aquilo ali. Já disseram qualquer coisa. Estão a ser uns elementos naturalmente que vêm, começam a ver com mais clareza. Eu, sinceramente, quero-lhe dizer que isso de percentagens a mim não diz nada, porque se tivesse a dizer, voltamos àquela máxima: eu que sempre apresentei orçamentos desta natureza, sempre apresentei contas desta natureza, e sempre fui às eleições e sempre ganhei, o povo ligou pouco àquilo que vos incomoda. Aquilo que vos incomoda são números. Aquilo que incomoda o povo são, naturalmente, obras, são respostas. E essas respostas o nosso orçamento



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem dado e a fidelidade destas contas, quer queiramos quer não, e di-lo, com certeza, a nossa Revisora, até nisso estou à vontade. Mostra independência, mostra que a Câmara não a controla. Disso fez os reparos que tinha que reparar, porque assim é que é. Nós pagamos-lhe mas não a controlamos porque ela está aqui para defender, para analisar a seriedade das contas e não para defender a Câmara ou o Presidente da Câmara. Portanto, tudo aquilo que vem sendo dito, nós verificamos claramente que acaba por não se tratar de números, mas sim de discussão política, embora transformada nos números. É claro que estas coisas, falam de desenvolvimento industrial e outro desenvolvimento... Ó Senhores Deputados. Eu não sei a quem é que pertence a responsabilidade, mas neste momento tenho de ser claro. Um Plano Director Municipal, que está lá, que é aquilo que dá possibilidade à construção de Zonas Industriais, ouça, está lá há cento e trinta dias. Ouça, quando dá a ideia que o nosso património está todo errado, mas porque fizeram, eu pergunto: aqui lá, nos vossos Ministérios, está tudo certo porque não fazem. Essa é que é a grande diferença. Está tudo certo porque não fazem. São cento e trinta dias. É muita coisa. Portanto, eu penso que... É assim, trabalhámos o que pudemos e aquilo que nos deixaram, porque há muita gente que muitas vezes, com as suas intrigas, com as suas coisas, também nos fazem arrefecer. Nós verificamos. Vocês vejam quantas vezes é que disseram assim Zona Industrial de Vilarinho? O Senhor Presidente da Junta de Vilarinho até também disse que ela que estava embargada. Sabe que eu já não falo dos outros Presidentes, falo daquele que sei que não leva a mal esta intervenção. Veja, ele andava tão intoxicado com a comunicação social, que também se convenceu que estava, a Zona estava naturalmente embargada. Não está, Senhor Presidente. Está tudo aprovado. Andamos lá a trabalhar. Ouça, até os célebres sobreiros foram arrancados legalmente, Senhor Presidente. Pergunte, para a outra vez, ao Senhor Presidente da Câmara que ele tem muito gosto em colaborar numa notícia correcta para os jornais, que eu estimo muito, e em especial aqueles que são cá do nosso concelho e da nossa terra. Portanto, meus amigos, isto, a cultura não é Feira só do Vinho, é muito mais que isso. Mas, a Feira do Vinho como é, naturalmente, a amostra base daquilo que nós podemos fazer em termos de visibilidade para os nossos vizinhos, que se fartam de fazer qualquer coisa, mas que é preciso que as Instituições o façam para quem lhe dão fortunas para eles gerirem, a Câmara de Anadia tem este condão, faz a Feira, gere a Feira, enfim, trabalha com os seus próprios meios. É por isso que muitas vezes a Feira não são trinta ou quarenta mil contos, a Feira são cem mil contos. É assim, esses números deviam-se reflectir porque são feitos por pessoal nosso. E esse pessoal nosso trabalha de graça? Claro que não trabalha. Tudo isso, havia de haver uma contabilidade, diferente da do POCAL, que permitisse naturalmente a inscrição de todas estas despesas. E, então, os números não eram de 45%, poderiam ser, eventualmente, é de 145%. Por quê? Porque gastamos dinheiro e eu achei estranho, aqui uma intervenção do Senhor Dr. Álvaro, quando diz, é uma diferença abismal em termos de, tem aqui uma receita negativa económica. É pá, pois nós não vendemos. Se nós não vendemos não podemos ter receita. E é claro, não vendemos, também não é mau. Olha a Câmara não vendendo tem duas vantagens: mantém o seu património e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estas coisas têm de ser discutidas a nível político, não é a nível de números, porque o Presidente da Câmara é Professor, e se lhe for a falar de educação, com certeza que lhe dá números que o Senhor não pode discutir e tem todo o direito de não discutir. Se falar para mim para discutir esses números, eu quero-lhe dizer, estão disponíveis os serviços da Câmara, nomeadamente do Património, e não tem, como diz o Senhor Acácio Maçãs, cinco minutos nem quinze minutos. Tem o tempo todo do mundo. Vai junto dos serviços, que eu julgo competentes, porque aquilo que o Senhor tem aí para analisar, é aquilo que eu tive também. Eu não tive mais nada. Eu não faço nem contas nem orçamento. Eu dou princípios de orientação. A forma como isso se faz, não me pertence a mim. Portanto, meus caros amigos, eu, fala aqui que não há diálogo. Há diálogo, pode é o diálogo, é o Senhor, aqui, é o Senhor Cardoso Leal. Pois, que não há diálogo? Há diálogo, há sempre diálogo. Aquilo que o Senhor muitas vezes pode entender por algum desentendimento entre Presidente da Assembleia e entre Presidente de Junta, é absolutamente normal. Isto é um Partido com, enfim, com, desculpe-me o termo, com arcaboiço suficiente para aguentar aqueles que efectivamente, dentro do nosso Partido, também criticam. Assim é que é. Não pode ser de outra maneira, senão nem emendávamos, porque acho que é tão séria a crítica dentro do meu Partido, e diga-se de verdade, como a vossa. Só que a vossa é mais intencional. A vossa é a tal substituição de quem governa. Por aquilo que diz, eu não tenho dúvidas, está esgotada a nossa maioria, vamos lá vê-lo, não é. E, naturalmente, que se aproxima do fim. Não sei qual é o fim, mas eu presumo que é o fim deste mandato. Quando aparecer outro, nós estamos em condições de vos ver, de novo, na oposição com toda a pujança, como vocês têm demonstrado até aqui. Portanto, eu penso que no meio disto tudo, já apresentei os números, Senhor Dr., eu não posso aqui discutir números, porque estou, como diz o Senhor Acácio Maçãs, e nisso estou absolutamente de acordo com ele, ele teve só quinze minutos para apresentar, mas teve o tempo todo para analisar isto. Podia ser razoavelmente mais claro, e estou a parafrasear os outros, e dizer com menos palavras aquilo que quis dizer com muitas. É claro, isto para lhe dizer que o Senhor Armando Pereira tem, nesse sentido, está acima da sua craveira, peço-lhe desculpa, mas ele diz muito com poucas palavras. O Senhor vai aprender com ele. Portanto, é claro que estas coisas de vir para aqui a pensar no tempo todo do mundo para discutir isto, isto era impensável. E, um documento deste género, é claro, que sempre há mil e uma forma de pegar nele e interpretá-lo, como disse. Mas, tomem nota. Isto não tem por onde se lhe pegue para reprovar tal documento, porque a própria Revisora chama a atenção, mas não diz que as contas que não estão correctas. Mesmo nós, se lermos bem os documentos vindos da Câmara, também não diz que elas não estão correctas. Até diz, como diz o Senhor Álvaro Pereira, até estão melhor apresentadas. Também concordo consigo. Agora, o que diz com certeza, é que faria de outra maneira. E como faz de outra maneira, têm de esperar para ter condições para fazer as contas eles. Isso é que é a verdade. Têm de ser vocês esperar. E desejo-vos muita paciência para isso, porque isto esperar custa e está a ser difícil vocês chegarem lá. Muito obrigado, Senhor Presidente, penso que de uma forma geral respondi a todos, porque há aqui qualquer coisa, e peço desculpa ao Senhor Dr.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Álvaro Pereira, dos números que me fala, ouça, eu discuto, como o Senhor, os números que cá estão. Eles não me deixam dúvidas, estes que refere, porque eles exprimem, com certeza, a verdade." -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que concluiu a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

"Nós ficamos muito satisfeitos pela apreciação que foi feita e pelo reconhecimento de vitalidade dado ao PSD, porque toda a intervenção que foi feita, que nos foi ofertada pelo outro lado, foi-nos ofertada pelo reconhecimento nacional da falência da política nacional. E isso é uma coisa fantástica, já que moribundos estão aí, muito dificilmente vão atingir um patamar tão mau, e o País jamais gostaria de estar nessa circunstância, mas está, graças a esse patamar, o que não acontece, até como reconhecimento da análise que foi aqui feita, não acontece com a Câmara Municipal e com o PSD aqui com a sua prestação ao dirigir o concelho. Porque quem está a dirigir o concelho, fá-lo com grande realismo, com grande pragmatismo e com grande capacidade na análise prática e tem tido boas prestações muito positivas. Agora, tem que se reconhecer que o PSD tem uma prestação também interna muito interessante, porque tem uma capacidade de, tem liberdade, assumiu a liberdade, ainda há dias nós discutimos isso, falamos sobre a liberdade, não é em vão, temos liberdade e discutimos ideias, e essas ideias têm que ser protagonizadas por pessoas. Somos exigentes, daí que sempre queiramos mais e mais, longe de estarmos no modelo como é apresentado pelo Partido Socialista, limitado, sem discussão, e o que levou a este desfavorecimento, com os resultados que estão à vista. Não há marketing, portanto, para tal que valha esta contracção da economia e esta expressão nacional, mas aqui no concelho há espaço, e tem havido sempre espaço, para um alargamento e para um desenvolvimento, o que é diverso daquele de quem dirige o País. Nós temos, de facto, políticas muito diferentes, falamos de políticas muito diferentes e de posturas muito diferentes. E isso resulta, porque temos uma pluralidade muito grande, que nos exige e leva-nos a uma capacidade de intervenção interna e externa muito grande, mas temos, reconheçamos, que temos uma unidade na acção fantástica que nos tem catapultado, permanentemente, para ter a responsabilidade dos destinos do concelho. Muito obrigado, Senhor Presidente." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que fez a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

"Analizando o documento, é um documento muito extenso, e como diz aqui o Grupo Parlamentar do PS, o tempo para podermos estudar este documento foi relativamente muito curto, mas eu tenho aqui alguns comentários a fazer. E, em princípio, gostaria de esclarecer que as despesas da Câmara, corrente, no ano de dois mil e oito, foi de oito milhões, sendo aqui em dois mil e sete, foi de sete mil, quatrocentos e sete. E eu pergunto: a despesa de capital também, em dois mil e sete, foi de quatro seiscentos e sessenta e oito, e em dois mil e oito, aumentou a despesa em nove mil. Portanto, e tendo em conta aquilo que a Revisora de Contas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diz, é que o endividamento da Câmara, neste momento, ascende a onze milhões de euros. E ela põe, de facto, algumas reservas, algumas dúvidas, ela interroga-se, porque chega a pôr em causa o valor do património real da Câmara. O valor do património real da Câmara interroga-a porque, se calhar, tem algumas reservas no futuro da Câmara. E, então, temos aqui na importância dos empréstimos de terceiros na receita de capital, os empréstimos bancários, apresentam um peso de 12,97% nas receitas totais do ano dois mil e oito, enquanto que em dois mil e sete representavam um valor nulo, em virtude de não ter sido utilizada a última tranche do empréstimo contraído. No peso das transferências comunitárias, no ano de dois mil e oito, as transferências comunitárias tiveram um maior contributo na receita, do que em dois mil e sete, já que tiveram um peso de 15,16%, enquanto que no ano anterior, representaram 5,7. Portanto, tivemos mais receita comunitária e a dívida aumentou. Portanto, aqui também no peso da receita proveniente de venda de bens e serviço, a venda de bens e serviço diminuiu a receita em dois mil e oito com os seus 8% do ano transacto correspondente a 15,54. Portanto, aqui o Senhor Presidente também não procedeu à venda de património porque, com certeza, a dificuldade na compra é difícil. Temos aqui também, uma das coisas que nos rácios da despesa, temos aqui as despesas com o pessoal aumentaram em relação a dois mil e sete 15, em dois mil e doze 12,8, em dois mil e oito 15,43, portanto, temos aqui um aumento na despesa o que é, quanto a mim, torna-se preocupante. Portanto, aqui nas amortizações dos empréstimos, houve, de facto, uma redução porque vai diminuindo a tranche, ano para ano cada vez paga-se menos é a razão porque os empréstimos, a despesa com os empréstimos diminuiu. Também temos aqui o peso da despesa em relação, o peso da despesa de capital na despesa total: em dois mil e oito foi de 54, portanto, houve este, de facto, o investimento, o peso da despesa foi de 54,7, sendo superior à do ano anterior, que foi de 38, depois aqui temos o Velódromo, temos, também, a conclusão do Cineteatro e a Biblioteca. A capacidade em dois mil e oito de receitas totais foi de 20,76, enquanto em dois mil e, de receitas totais são de 108, em dois mil e oito, e em dois mil e sete foi de 128. Aqui verificou-se um decréscimo, também, de receita. Portanto, e para terminar, a posição da CDU é que vê, no imediato, não vemos que haja grande preocupação em termos financeiros. Mas, tendo em atenção à crise que atravessamos, e tendo em conta os compromissos assumidos pela Câmara nos empréstimos, a nossa preocupação é esta: diminui a quebra de receita nos anos futuros na receita e nos impostos e a Câmara, possivelmente, terá alguma dificuldade de manobra de poder enfrentar esses onze milhões de euros, que é o valor actual da dívida. Portanto, temos alguma, começamos a ver alguma preocupação em termos futuros, tendo em conta a crise financeira que vamos atravessar. É só."
----- Uma vez concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais (CDU), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder o que de seguida se tenta transcrever na íntegra: -----
----- "Bem. Senhor João Morais. Eu quero-lhe dizer que o endividamento do Município está livre a 100%. Nós temos o nosso endividamento sem problemas. Aliás, consta aí do próprio relatório, com uma emenda que se teve de fazer, dado que havia dúvidas sobre se podíamos pedir ou não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pedir dinheiro. Nós podemos pedir. Temos, como se disse aqui, claramente, uma situação económica e financeira, em termos contabilísticos, que nos permitem, naturalmente, pedir o dinheiro. E pedimos o dinheiro, mas temos capacidade de endividamento. E eu não tenho a certeza se tanto dinheiro que ouço por aí pedir hoje, há dinheiro para tudo? Ainda agora vi anunciar aquela estrada, aquela grande via no Algarve, que eu estou de acordo, é evidente, mas pergunta-se, o Estado não tem que pedir, naturalmente, autorização de endividamento. Isto é que é interessante. Sabe o que é que eles pedem? Pedem a privados para fazer a estrada e nós ficamos a pagar sem controlo, como é o nosso tipo de negociação. E ficam a pagar anos e anos, é o endividamento. O nosso endividamento está controlado pela DGAL e é controlado, portanto, na aprovação dos pedidos de empréstimo, conforme consta da Lei, como sabeis, pelo Tribunal de Contas. E enquanto não estiver o Tribunal de Contas devidamente informado sobre a bondade do empréstimo, de certeza que não vai ter o visto. Aliás, como de outras coisas. Portanto, tudo isto que vem nas contas reflecte números correctos. Tudo aquilo que disse, quando falou do pessoal, que houve um aumento. Não. Se reparar, nem houve aumento. É evidente que temos mais pessoal, temos as Bibliotecas, temos os Cineteatros, temos uma série de casas novas municipais a trabalhar que precisam de pessoal. Mas mesmo assim, juntando-lhe naturalmente os 3%, ou 3,5% de aumento, não temos aumento de pessoal. Todas estas despesas estão de acordo com aquilo que em termos legais, entre receitas e despesas e entre receitas de capital, receitas, ou despesas de capital, receitas, como é que é, capital e o outro é, desculpem lá que aqui, as receitas de capital e as receitas correntes, há equilíbrio. Se repararem, há equilíbrio. Equilíbrio que está dentro da Lei, da tramitação que a Lei exige. Portanto, Senhor João, eu quero-lhe dizer que quando refere inclusivamente, e há coisas que realmente eu nem queria responder, mas tenho que responder, senão também não lhe respondia a nada e o Senhor ficaria magoado com isso. Isto para não dizer que eu era incómodo politicamente para o seu discurso, não, não é isso. Quando o Senhor diz: receitas comunitárias, recebemos menos no outro ano e agora recebemos mais. É evidente. Sabe por quê? O Estado paga mal. Se o Estado pagasse bem, eu teria recebido mais ou menos em função daquilo que tinha feito. Não, mas eu faço hoje, só venho a receber daí a um ano, ou um ano e meio. E aí é que está essas contas com que nós temos de contar e que, naturalmente, não podemos alterar. Era realmente dinheiro que me deviam do ano anterior, mas eu só pude pô-lo nas contas do ano seguinte, que foi quando ele entrou nos cofres da Câmara. Portanto, os dados que o Senhor disse, no fundo, fez uma leitura, estão aí, eu não sou eu que os posso contestar ou fazer o Senhor crer neles, é o Senhor que vai ter de decidir sobre isso e, portanto, a Câmara nada mais tem que acrescentar a isto. O que está aí é o que está aí e, portanto, penso que feito pelos técnicos que naturalmente tiveram o cuidado de fazer isso, pode eventualmente ter alguma gafe, mas que, analisado por tanta gente, e algumas delas já foram corrigidas, inclusivamente pela colaboração do, portanto, de elementos da oposição também na Câmara, também verificaram isso, portanto, penso que temos aqui um documento que responde de forma satisfatória à apresentação de umas contas de uma Câmara." -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Subsequentemente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo (PSD) que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- *"Muito boa tarde. Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados e público em geral, comunicação social. Seguindo a sugestão do Dr. Álvaro, que diz que a apresentação do orçamento poderia ter discriminado alguns itens para se perceber melhor, eu acho que não há melhor maneira de se perceber a execução deste orçamento, do que se olhar para o boletim municipal do concelho. Se calhar era uma ideia, no próximo orçamento, juntar umas fotografiazinhas do dinheiro que se gasta e daquilo que se consegue fazer. Mais uma vez, temos um boletim que todos os munícipes penso que têm acesso, e é de leitura fácil, e onde se percebe que o nosso concelho está vivo, tem obras realizadas, que servem todos os munícipes, e que, obviamente, que há lacunas, mas que esta Câmara tem trabalhado para as colmatar. Muito obrigado."* -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Silva (PSD), para uma nova intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- *"Senhor Presidente, muito obrigado. Eu, depois de ouvir, desta vez, as críticas, se é que de críticas se trataram do PS, comecei, como disse um Deputado do PS, um bocado baralhado. E, comecei por chegar um bocado baralhado porque não sabia se as estavam a fazer crítica, se estavam a evitar essa crítica, convencidos que na próxima são eles que vão governar e, portanto, que a estabilidade política e que a estabilidade económica e financeira da Câmara, que também um Deputado fez referência, os irá ajudar. Mas, convenhamos. Começaram por referir que defendem causas, outras causas, causas nobres, como eles dizem. Novas ideias e novos projectos. Pelo menos, uma realidade é esta, é evidente que o PSD tem uma ideia bastante diferente e uma política bastante diferente. Até na gestão do tempo. Até nisso já não é a primeira vez que chamo a atenção do PS e mais uma vez o farei hoje. Quanto às novas causas de que tanto defende, não sabemos quais são. Quanto às ideias, isso sabemos. Sabemos que é fechar urgências, sabemos que é deixar passar o TGV para dividir o concelho em duas partes distintas, sabemos que é mudar a sede do concelho para Mogofores. Aliás, vejam-se as reivindicações hoje feitas pelo PS: é saneamento para Mogofores, é lâmpadas para Mogofores, é electricidade para Mogofores. Portanto, Senhor Presidente. Salve Anadia, porque brevemente, no mandato do PS, será garantidamente a sede do concelho em Mogofores. Depois, dizem eles, também, que o PSD está moribundo, ao vir na comunicação social algumas críticas internas. Mas o PS não está, de facto, moribundo porque quando há essas críticas internas só há uma solução, que antes do 25 de Abril se chamava saneamento, agora chama-se afastamento. Veja-se o caso do jovem Presidente da JS. O que lhe aconteceu? E, a única coisa foi afastar-se. Foi, como diziam no Estado Novo, foi saneado e, então, foi reposto, não sei em que termos, porque não sai cá para fora, não se deixa transparecer. É este PS que quer governar o concelho. É este PS que diz que o PSD está moribundo. E, Senhor Presidente da Câmara, se Vossa Excelência*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não atendeu, atenda agora. E veja qual a razão por que não querem o PDM cá fora. Porque estão eles à espera de fazer essas grandes obras. E se o PS saísse, seria o Senhor a iniciá-las. Assim não. É esta oposição. Agora está explicado o porquê de não quererem o PDM. Nem o Central, nem o Poder Central, nem esta oposição. Depois, vêm os Senhores invocar, também, um PDI ou a alteração da GAMA. Quando for a alteração da GAMA vamos alterar os tempos. Mas quando for a alteração da RAMA, não se alteram os tempos porque estamos em democracia e, por enquanto, a arma é o voto, é a proporcionalidade, e as pessoas têm de se sujeitar a isso e não andar com apartes, porque os apartes em nada engrandecem esta Assembleia e, muito menos, o PS. Aceitem as críticas, façam a vossa política quando forem Poder a nível local, porque a nível nacional, é a desgraça que nós temos. É aquilo que dissemos. Estivemos há três dias aqui, ou há dois dias, no dia da liberdade, mas essa liberdade toda a gente o soube aqui dizer, incluindo o PS, que não se tinha alcançado. Por quê? Precisamente por Governos do tipo do PS que temos neste momento. E vocês, penso eu, deixem que haja crítica interna, não mudem a sede do concelho para Mogofores, porque Mogofores está lá muito bem e a sede do concelho também. E as grandes obras, deixem-nas ficar na carteira para quando forem de facto Governo, que, por certo, não serão, apesar de no vosso entender, o PSD estar moribundo, mas vocês já estão em agonia. Portanto, muito obrigado." -----

----- Para uma interpelação à Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), interpelação essa que, de seguida, se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Queria perguntar ao Senhor Presidente se, no caso de numa intervenção, mesmo havendo falta de tempo, no caso de um Deputado ser explicitamente referido, se eventualmente não há, desse Deputado, a possibilidade de responder." -----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por lembrar que o Regimento era claro nessa matéria. No entanto, explicou haver sempre o direito de resposta, o qual contava no tempo dos GM. No caso em concreto, como o tempo do PS estava excedido, não seria por esse meio que o Partido Socialista poderia intervir, a não ser sob a forma de interpelação à Mesa (que não conta no tempo de um Grupo Municipal) e quando a honra é ofendida, que rematou não lhe parecer manifestamente o caso. Pelo que referiu pensar não existir outra alternativa que não solicitar tempo a outro GM, ou não poder intervir pelo facto do tempo ter sido esgotado. -----

----- Prestado o esclarecimento e não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do documento, finda a qual, anunciou que os documentos constantes do ponto dois da ordem do dia tinham sido aprovados, por maioria, com vinte e sete votos a favor, duas abstenções e quatro votos contra. -----

----- De imediato, deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três "Apresentação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de 2008, bem como apreciação do respectivo inventário do património, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*RAMA", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto, o que fez da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----
----- "Como vedes, trata-se de um documento muito menos extenso, menos complexo, onde realmente aqui os números representam, quase sempre, quantidades. São mais exemplificativos. No entanto, não deixa de ser também um documento com alguma intencionalidade política, quando se escreve. Penso que em termos, naturalmente, de actividade dos próprios Serviços Municipalizados, a mesma se vem, naturalmente, desenvolvendo num princípio de dar continuidade a todo uma acção mais de apoio, digamos, às infra-estruturas existentes, do que propriamente à criação de novas infra-estruturas. Como sabem, a maior parte de infra-estruturas ligadas à água, ao saneamento, são, naturalmente, executadas pela Câmara, pelo que, a exiguidade muitas vezes das receitas, enfim, que estão confinadas, como sabem, no fundo, ao produto que vendem, é relativamente pequeno, o que não deixa, contudo, de reflectir aqui, na minha opinião, uma boa gestão por parte destes serviços. Posto isto, acho que não tenho assim nada para dizer, a não ser, naturalmente, responder, se for o caso, a algumas questões que eu, eventualmente, estejam aqui menos expressas e que eu saiba responder."* -----

----- Não tendo havido lugar a qualquer intervenção por parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação do ponto três da ordem do dia, finda a qual anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor, duas abstenções e zero votos contra e, de imediato, também, deu por encerrado aquele ponto três. -----

----- Seguidamente, apresentou o ponto quatro da ordem do dia "Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais do Município de Anadia, referente ao exercício de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Este problema das revisões orçamentais, como sabem são obrigatórias e, portanto, incluem o saldo de gerência da conta. Naturalmente que, assim de um momento para o outro, agarrar em determinados montantes e, faz de conta, reorçamentá-los, é sempre complicado, mas tem que se fazer. Eu digo que é sempre complicado porque muitas vezes, enfim, tem de se começar rapidamente a fazer, a mexer estes números. E por quê? Porque nós hoje vivemos um momento algo complicado em termos de candidaturas. Como sabeis, para candidatar uma obra ela tem que ter, portanto, compartimentação orçamental total. Há, portanto, formas nos orçamentos de encontrar, naturalmente, esta, este número, esta globalidade que se exige, para uma obra que às vezes demora dois e três anos a fazer. Então, o que é que realmente podemos fazer? Neste caso, há dinheiro, faz-se entrada nova de dinheiro, faz-se uma revisão orçamental. Quando o dinheiro já existe, e é preciso, faz-se as alterações orçamentais. As primeiras, têm que ser sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal, as primeiras têm de ser, as segundas, têm de ser sujeitas à aprovação da Câmara Municipal. É neste sentido, portanto, isto é fácil de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interpretar, é o número da conta passado para este documento e distribuir por aquilo que no momento parecia mais aceitável para a Câmara. Amanhã, enfim, poderá não ser. Depende das obras que estão aqui inscritas virem a ser ou não ser contempladas. Se não vier, é evidente que esse dinheiro não vai morrer no orçamento que neste momento estamos a rever. Portanto, penso que é uma explicação que se impõe para que as pessoas saibam isto, que é obrigatório, mas que, naturalmente, nem sempre vincula como o orçamento, naturalmente, a que ele se gaste nesses itens onde é naturalmente colocado. Penso que, fora disso, não tenho mais nada a dizer, Senhor Presidente.” -----

----- Decorrida a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), para fazer a introdução que a seguir se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “*A revisão orçamental, portanto, nós aqui podemos ver que os fluxos de caixa estão correctos, os recebimentos são iguais aos pagamentos e, portanto, aqui não há nada a dizer. Agora, relativamente à distribuição da receita, ela depende, obviamente, da, enfim, das opções da Câmara e apenas respeitam ao Senhor Presidente da Câmara. Nós não somos consultados para colaborar nessa distribuição e, daí, não temos qualquer intervenção nestas revisões orçamentais. Por isso, vamos votar abstendo-nos. Obrigado.*” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu lugar à votação do ponto quatro da ordem do dia, após o que anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e três abstenções, e depois de anunciado o resultado da votação deu o ponto por encerrado. -----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto cinco da ordem do dia “*Apresentação, discussão e votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referente ao exercício de 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”, tendo, de seguida, concedido a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “*Bem. Deste digo exactamente o mesmo que disse no anterior. Não tem nada a acrescentar. É uma situação obrigatória, portanto, não tenho mais nada a dizer, Senhor Presidente.*” -----

----- Sem que tivesse havido lugar a qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou, desde logo, a votação do ponto cinco da ordem do dia, finda a qual anunciou que aquele ponto tinha sido aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----

----- Declarado encerrado o ponto cinco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia “*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia, de formalização de candidatura de adesão à Parques de Portugal – Associação de Áreas Empresariais Qualificadas, como associado fundador, nos termos da alínea I) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA*”, após o que deu, de imediato, a palavra ao Senhor Presidente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Câmara Municipal para proceder à sua introdução, tendo concluído a mesma da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Eu penso que a documentação que acompanha, e a nossa decisão na Câmara, o próprio parecer jurídico, enfim, todo, a documentação que penso que tendes em mão, é suficiente para verificar que nós temos toda a vantagem em aderir à Parques de Portugal. Portanto, isto porque, naturalmente, como compreendem, também temos uma Associação, enfim, ligada a este tipo de actividade, que é a WRC, e que, portanto, penso que a melhor forma não é ficar de fora, é ficar naturalmente integrado. Portanto, isto decorre, esta vinda aqui à Assembleia Municipal, decorre de uma obrigação. A Câmara não tem competência para tomar essa atitude e, portanto, não tenho que influenciar seja o que for. A própria Assembleia saberá definir da bondade, ou não, desta integração." -----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que concluiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Relativamente a este ponto, é evidente que sobre os aspectos legais e que possibilitam a adesão da WRC a esta, e a da Câmara Municipal, a esta nova Associação, não ponho dúvidas nenhuma. A Senhora Jurista aqui diz que nada obsta, portanto, a esta, à inclusão do Município, ou à participação do Município a esta Associação. No entanto, isto é uma coisa nova. É uma coisa nova que se pressupõe trazer benefícios para o concelho. E, portanto, interessa-me saber, e com certeza interessará à Assembleia, saber concretamente que benefícios vamos obter desta adesão porque ela vai implicar que a Câmara, pelo menos uma, o pagamento de uma quota anual, creio que mil e quinhentos euros, ou coisa parecida. Não é isso, não é aí que está a questão. A questão está em que é mais um organismo que se compromete, ou que, pelo menos, potencia a facilitar o desenvolvimento e promover o desenvolvimento. Portanto, eu queria saber efectivamente como, concretamente, é que poderíamos obter ganhos, mais-valias desta Associação. E em segundo lugar, o que é que a Câmara, para além da quota anual, deve proporcionar à Associação Parques de Portugal. Penso que é este o nome. Muito obrigado." -----

----- Para responder às questões formuladas pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que formulou a resposta que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Eu penso que na página cinco e seis, está naturalmente aquilo que a Associação, enfim, pode dar, os benefícios que pode trazer ao nosso Município. É evidente que podemos fazer muitas coisas em parceria, que de outra maneira, se não aderirmos, ficamos isolados. Sabem que hoje, hoje mais que nunca, é necessário estar em Associações deste género, em que, não fazendo nada, em termos executivos, em termos de parecer, em termos de ajuda, de parceira, é importante, portanto, que tenhamos também ao nosso lado este tipo de parceiros. Portanto, há que ver aqui, e vê-se isso quando se vê qual é os estatutos, o objecto da própria Parques de Portugal, há que ver aqui até onde é que nós podemos chegar. Eu penso que os critérios inclusivamente que nós, que estão a ser analisados, isto lendo todos estes documentos que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão aqui, para a nossa adesão, vincula bem, ou pelo menos, expressam bem a vantagem que vamos ter nesta Associação. Não se esqueçam que esta Associação é uma Associação que vai começar agora a trabalhar e que, portanto, só depois poderemos eventualmente fazer um exame exaustivo daquilo que podemos colher disto. Entendemos não ficar de fora, até porque, como sabem, nós, aquele parque, portanto, a WRC, é uma das entidades que pode vir a beneficiar, de forma directa, desta nossa adesão. Portanto, assim de forma clara, não lhe posso dizer, vamos ganhar isto, vamos ter isto. Mas é certo que as abonações e muitas coisas em termos de candidaturas que o parecer favorável desta entidade pode dar, traz-nos vantagens, à partida. Isto é aquilo que eu, à partida, posso, neste momento, dizer." -----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que disse o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Desculpe voltar ao assunto, Senhor Presidente, mas é assim. Pois, eu li isto. Li isto, enfim, eu li este documento, mas eu pensava que, eu dá-me a sensação que isto, isto não é uma duplicação de funções. Eu pensava que a Câmara, ela própria, já estaria, digamos assim, a tomar medidas para desenvolver este tipo de acções, não é, que não precisaria efectivamente agora de criar uma Associação que viesse especificamente fazer este tipo de coisas, pensei que ela eventualmente traria outras inovações. Por outro lado, o que está aqui, e se for o que está aqui, é importante, mas tem a Câmara de Anadia condições para, digamos assim, proporcionar o desenvolvimento de todas estas acções? Muito obrigado." -----

----- Para responder ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que concluiu a resposta que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Ó Senhor Deputado. Eu quero-lhe dizer uma coisa para entender. Isto hoje há coisas que nós obrigatoriamente temos. Isto é para ser claro, sem problemas. Nós, por exemplo, quisemos concorrer a projectos comunitários das Termas de Vale da Mó, e podemos fazê-lo, mas a nossa candidatura, à partida, morria nas cascas porque outros melhor organizados, nomeadamente as Termas de Portugal, também fizeram uma candidatura com todos os associados, percebeu. O que é que vai acontecer? Eles preferem aceitar uma candidatura que privilegie sete ou oito ou dez termas, do que aceitar a nossa de forma individual que vai privilegiar só uma. Também aqui neste tipo de instituição, há-de haver candidaturas, porque eles não vão executar, mas vão fazer, isto a história é assim. Eu não quero ir mais além, mas vocês, pessoas suficientemente, enfim, interpretativas das coisas, eu não quero ir mais além, mas digo-lhe, hoje as candidaturas se forem, portanto, corroboradas por uma Universidade, uma forma colectiva, uma parceria com uma Universidade, nós temos muito mais hipótese de em parceria ter as candidaturas aprovadas. O caso das Termas de Portugal, outro. E este caso, a mim, afigura-se-me que vai ser outro. Amanhã a WRC quer, tem uma candidatura, se está na, não sei se está a ver, no, portanto, no Parques de Portugal, pode muito bem beneficiar disso através. É preciso que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entenda um pouco a ideia porque se me fizer a pergunta de forma objectiva, o que é que tem,

eu, se calhar, não me atrevo a responder-lhe, está bem. Peço desculpa.” -----

----- No seguimento da resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para referir que, de facto, a questão legal tinha sido acautelada, como o Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS) tinha feito referência no início da sua intervenção, e acrescentou tratar-se de uma formalização de intenção de aderir e que, quando fossem fixadas as unidades de participação, obviamente que o assunto teria de ser novamente presente à Assembleia Municipal para deliberar, em concreto, sobre essas unidades de participação. Reforçou, ainda, que o que estava a ser objecto de deliberação era, nos termos do preceituado nos estatutos da Associação, era uma intenção de adesão, que a Assembleia podia e devia fazer, sob proposta da Câmara Municipal. -----

----- De imediato, deu início à votação do ponto seis da ordem do dia, finda a qual anunciou que o mesmo tinha sido aprovado, por unanimidade, com trinta e um e votos a favor e, subsequentemente, deu o ponto por encerrado. -----

----- Passou, então, a apresentar o ponto sete da ordem do dia “*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia de atribuição da Medalha Municipal de Mérito, grau ouro, aos Senhores Dr. Augusto Arlindo Cancela de Amorim, Dr. Antídio das Neves Costa, Dr. Fernando José de Oliveira Amaral Gomes, Dr. Francisco José Cardoso Pereira e Américo Orlando de Matos e da Medalha Municipal de Mérito Cultural ao Senhor José Luís Fernandes Lhano Iglésias, nos termos do previsto nas alíneas a) e c) do art.º 10.º e alíneas a) e d) do art.º 18.º do Regulamento dos Galardões Municipais, em conformidade com a alínea p) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA*”. Apresentado o ponto, esclareceu tratar-se de uma proposta única da Câmara Municipal, mas que continha seis nomes distintos, seis individualidades, pelo que informou ser entendimento da Mesa, e que já tinha sido acordado com os GM, que a votação teria de ser feita de uma forma autónoma. Esclareceu, então, que iriam tentar simplificar o processo, pelo que, em vez de os Senhores Deputados Municipais serem chamados seis vezes, seriam chamados uma única vez, mas com seis boletins de voto distintos. Nessa conformidade, e depois de reunido consenso relativamente à simplificação do processo, para além do prévio acordo dos GM, disse que os Senhores Deputados iriam passar a ser chamados, não sem antes dar lugar ao período de discussão da proposta apresentada, para o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à sua introdução, a qual se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*Como é normal, nestes momentos, até porque estão, este ponto da ordem, é realmente sempre um momento que eu pretendia que fosse mais, quer dizer, o mais discreto possível. Trata-se de pessoas que já faleceram e que, portanto, serão naturalmente aqui hoje, às quais serão aqui hoje atribuídos os galardões, portanto, adequados à vivência que essas pessoas tiveram. Todas elas tiveram o seu historial. Uns na área da cultura, do altruísmo, do desporto, etc., mas todas elas ainda hoje são lembradas com saudade e até admiração pela forma como se dedicaram à causa pública. Naturalmente que todos eles têm um currículo interessante, e foi*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com base nesse currículo que a Câmara decidiu, por unanimidade, atribuir essas, não é atribuir, propor a atribuição destas medalhas, já que a Câmara entendeu que se tratava de um gesto que a Câmara, há muito tempo, devia ter tomado. Naturalmente, que se questionará se não haveria outras pessoas, entidades, a fazer uma cerimónia deste género, mas, naturalmente, que lá virá o seu tempo e estamos com certeza disponíveis para o fazer. Mas acho que este caso específico, outros haveria mais, como disse, mas este caso específico é realmente obrigatório que a Câmara, e naturalmente a Assembleia, o resolva quanto antes. É nesse sentido que eu peço, naturalmente, à Assembleia o empenho, naturalmente, possível no sentido de fazer justiça. Uma justiça, enfim, muito sui generis, mas é sempre justiça, àqueles que, pelo seu valor, se distinguiram na sua terra. A Câmara Municipal pertence aos municíipes e esses municíipes estão aqui hoje por nós representados, é nossa obrigação fazer essa justiça. Muito obrigado, Senhor Presidente." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD), que formalizou a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

"Estou inteiramente de acordo com aquilo que é aqui proposto. Queria apenas fazer uma recomendação ao Executivo para que tenha em consideração aquilo que alguém fez por este concelho ao longo de vários anos, a quem este concelho muito deve, que se trata do Senhor Engº Sílvio Cerveira. Acho que é uma pessoa que utilizou o seu ordenado, aquilo que recebia da Câmara, para dar aos pobres. E isso eu testemunhei. Por consequência, é uma pessoa a quem Anadia muito deve e que entendo que deve ser uma das prioridades relativamente a estas condecorações." -----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Fernando Morais da Silva (PSD), o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que interveio da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

"Ora sobre este ponto eu estou cem porcento de acordo em que qualquer das personalidades sejam agraciadas, mas não posso uma vez mais voltar a esquecer uma das figuras do nosso concelho que foi fundador número um da Associação de Ciclismo de Aveiro, representou, por várias vezes, a Federação Portuguesa de Ciclismo como Presidente, bem como foi o primeiro representante na UIC (União Internacional de Ciclismo) a representar Portugal – Ivo Neves. Um homem que deu tudo do seu melhor pelo desporto de Sangalhos e do seu concelho e que também foi eleito democraticamente pelos municíipes desse concelho nas primeiras eleições livres e democráticas do poder democrático local. E mais. Prestou esse serviço sem qualquer alvicera, não teve qualquer remuneração durante o seu mandato em representação da força política que representava. Portanto, já uma vez chamei aqui a atenção desta Assembleia e da Câmara, que continua, uma vez mais, a ser esquecido pelo poder autárquico representado pela maioria. É altura de esta Câmara tomar uma posição, uma vez que já afirmado aqui, que o Velódromo que está para, em fase de construção, e é impossível dar o nome a esta figura, que num próximo acto solene como este se tenha em atenção a figura



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que foi Ivo Neves. Sacrificou parte da sua família e do seu tecido empresarial em prol do desporto do nosso concelho que levou bem longe, por esse mundo fora, o nome de Sangalhos. Tenho dito." -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho (PS), que formalizou a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "O Partido Socialista congratula-se por ver figuras ilustres desta terra serem homenageadas e concorda que as pessoas aqui referidas são naturalmente merecedoras da distinção que lhes vai ser atribuída. Lamentamos, porém, que esse reconhecimento se faça tarde demais, quando as pessoas já não estão obviamente entre nós. Não o merecerão menos por isso. Mas acreditamos que este gesto, que nestas condições é apenas simbólico, poderá revestir-se de um significado com maior riqueza, quando os homenageados passarem, quando as homenagens passarem a ser feitas em vida dos homenageados. Pensamos, pois, que é necessário alterar esta tendência de homenagear as pessoas a título póstumo, reconhecendo-lhes, ao invés, o valor no momento em que ao ser-lhes atribuído o galardão as possamos abraçar e dizer-lhes "Muito obrigado pelo seu trabalho". Não havia condições, porque não havia galardões municipais, dir-me-ão. Mas agora já há. E pessoas a merecer distinção no concelho de Anadia, também as há. Não refiro nomes, mas todos nós os conhecemos. Espera-se dos Executivos Municipais, deste ou outros, a coragem de propô-las. Muito obrigado." -----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal proferiu, também, algumas palavras, em nome da Mesa, relativamente ao ponto em discussão. Começou, então, por se congratular com a proposta da Câmara Municipal, na qual disse que a Mesa se revia, porquanto alguns dos elementos da Mesa tiveram o privilégio de privar com algumas das pessoas que estavam designadas na proposta para lhes ser atribuída uma distinção. Não deixou de reconhecer tratar-se de uma distinção a título póstumo, no entanto, não deixou também de destacar que a gratificação por parte do Município relativamente àquelas pessoas não deixava de ser importante. E disse, também, ficar bem ao Município, ambas Câmara e Assembleia Municipal, saber reconhecer aquelas pessoas que contribuíram decisivamente para uma comunidade melhor e que deram o melhor de si à sociedade que fossem depois objecto de uma distinção daquele nível. -----

----- Depois de apresentar a congratulação da Mesa para com a proposta da Câmara Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir, que o fez da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "É evidente que, desta vez, e se verificaram, trata-se exactamente de pessoas que já faleceram. Não foram, com certeza, todas agraciadas, nem serão todas. Ficará sempre alguém atrás. E nós, Câmara Municipal, aquilo que pretendemos não é seleccionar. Aquilo que pretendemos é ir procurar quem tem realmente, a quem fica, a quem estamos a dever esta, digamos, esta atribuição. Portanto, todas as mensagens, venham elas da Assembleia Municipal, venham elas de onde vierem, que venham, naturalmente, enriquecer o Município, a Câmara,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em si, no conhecimento, para podermos, exactamente, não ficar a dever aquilo que é nossa obrigação – homenagear, exactamente, aqueles a quem devemos algo. Portanto, desta vez foi assim. Para a próxima, faremos isto, mas com pessoas, como aqui foi referido, em vida. É o melhor reconhecimento. É um estímulo, realmente, que aquele que, em cuja causa ele acredita e a dedica ao público, naturalmente, se sente recompensado. É claro que são situações meramente simbólicas, não lhe atribuem dinheiro, mas atribui-se, naturalmente, uma coisa, que efectivamente fica guardado nessa família sempre como um exemplo e, por que não, na geração Anadiense como um exemplo. É nisso, é nesse sentido, que podem contar com a Câmara Municipal para recolher as sugestões necessárias para que o Município de Anadia não fique, realmente, a dever aos cidadãos os prémios, aos cidadãos Anadienses, os prémios que eles merecem. Nesse sentido, a Assembleia pode contar connosco. Muito obrigado.” -----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da proposta da Câmara Municipal que constava do ponto sete da ordem do dia, por escrutínio secreto, tendo passado a chamar os Senhores Deputados, não sem antes solicitar aos serviços o favor de procederem à distribuição dos seis distintos boletins. Concluído o processo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a anunciar os resultados obtidos da votação: -----

----- Proposta para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Senhor Dr. Augusto Arlindo Cancela de Amorim, colheu vinte e nove votos sim, zero votos não, dois votos brancos e zero votos nulos; -----

----- Proposta para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Senhor Dr. Antídio das Neves Costa, colheu trinta e um votos sim, zero votos não, zero votos brancos e zero votos nulos; -----

----- Proposta para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Senhor Dr. Fernando José de Oliveira Amaral Gomes, colheu trinta votos sim, zero votos não, um voto branco e zero votos nulos; -----

----- Proposta para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Senhor Dr. Francisco José Cardoso Pereira, colheu trinta votos sim, zero votos não, um voto branco e zero votos nulos; -----

----- Proposta para atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Senhor Américo Orlando de Matos, colheu vinte e oito votos sim, um voto não, dois votos brancos e zero votos nulos; -----

----- Proposta para atribuição da Medalha de Mérito Cultural ao Senhor José Luís Fernandes Lhano Iglésias, colheu trinta e um votos sim, zero votos não, zero votos brancos e zero votos nulos. -----

----- Apresentados os resultados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou estar deliberado pela Assembleia Municipal atribuir as Medalhas Municipais de Mérito e de Mérito Cultural, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, informou ter dado entrada na Mesa uma proposta do GM do PSD de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis e sete da ordem de trabalhos e, desde logo, também, passou à votação daquela proposta. Concluída a votação, anunciou que a proposta do GM do PSD tinha sido aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor, após o que deu por encerrado o período da ordem do dia. -----

----- Passou, de seguida, ao período de intervenção do público, informando que a Mesa, para o efeito, tinha duas inscrições, tendo começado por conceder a palavra ao primeiro cidadão inscrito, Senhor Fernando Paiva de Castro, para intervir na qualidade de Presidente da Confraria dos Enófilos da Bairrada, intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente. Falo, efectivamente em nome da direcção da Confraria dos Enófilos da Bairrada, que aqui se encontra representada maioritariamente, e pretendíamos fazer a entrega à Mesa de um documento, cujo assunto versa os corredores de protecção ao projecto do TGV no concelho de Anadia. Se não for inconveniente, eu leio o documento, antes de fazer a entrega, para que todos tenham conhecimento. Então, passo a ler: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Assunto: Corredores de protecção ao projecto do TGV no concelho de Anadia. Um - A Confraria dos Enófilos da Bairrada tomou conhecimento, recentemente, da publicação da Resolução do Conselho de Ministros com as medidas de protecção ao projecto de construção do TGV que, de Norte a Sul, atravessará o concelho de Anadia. Dois - Ainda que se trate de uma publicação de medidas preventivas, e com um grau de abrangência algo superior àquilo que poderá vir a ser a realidade do empreendimento, a Confraria dos Enófilos da Bairrada não pode deixar de, desde já, manifestar a sua mais profunda preocupação, indignação e discordância por tal Resolução de Conselho de Ministros. Três - Preocupação, porque a dimensão das medidas publicadas atinge uma área considerável de várias centenas de hectares de terrenos, ocupados predominantemente com vinhedos, nos quais deixou de ser possível efectuar quaisquer benfeitorias, independentemente de até já poderem constar de projectos de investimento aprovados, ou em curso, e com prazos de execução fixados legalmente, em alguns casos. Quarto - Preocupação, ainda, porque esse impedimento, diga-se, proibição, irá arrastar-se durante vários anos, três para já, pondo em causa a razão de ser e a sustentabilidade desses e de outros investimentos, já feitos, ou simplesmente projectados. Cinco - Preocupação, ainda mais, uma vez, porque a concretizar-se tal empreendimento, para além de um sem números de explorações que serão eliminadas, diversas outras serão inviabilizadas. A redução das áreas de vinha e as barreiras que irão surgir, afectarão profundamente a operacionalidade do cultivo das que sobrarem, fazendo subir todos os anos os custos, os gastos dessas explorações, sem que os proprietários tenham possibilidades de os recuperarem. Isto porque, cada vez mais, é necessário ser-se competitivo, inovador e com qualidade, porque vivemos uma época em que o sector na Bairrada luta pela sobrevivência e porque as suas margens são, já em si, bastante reduzidas. Seis - Indignação, porque os denominados corredores de protecção atingem em cheio o coração de uma área de vinhedos modernos, emblemáticos e dos mais promissores da região da Bairrada, incluindo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas das suas adegas, representativos do esforço titânico de décadas de trabalho e de largas dezenas de milhões de euros de investimentos, feitos com o objectivo de renovar e viabilizar uma região, ainda caracterizada pelo minifúndio desorganizado e desactualizado. Sete – Indignação, também porque, encontrando-se a região demarcada da Bairrada situada numa zona das mais férteis e das mais povoadas do Litoral do País, ela é, já neste momento, e para além da anunciada A32 a construir brevemente, atravessada por uma vasto emaranhado de vias de comunicação e rodoviárias, desde caminhos rurais, a estradas municipais, distritais e nacionais, que em muito dificultam o ordenamento racional e a exploração económica das suas unidades vitivinícolas. Daí que, a implementação de mais esta infra-estrutura pesada virá retalhar, ainda mais, a região, degradar a paisagem e o ambiente, agravar os custos de exploração e condicionar de forma irremediável o seu desenvolvimento, com a agravante de que a Região da Bairrada nada beneficiará com o investimento nessa infra-estrutura. Continuar a retalhar o Litoral fértil do País em tiras, em nome de uma pretensa modernização, e deixar despovoar o seu interior, não deixa de ser caricato e mesmo absurdo. Somos de opinião de que se construam as vias de comunicação necessárias à circulação da riqueza que for produzida, mas que não se destruam as fontes de produção, particularmente aquelas em que dispomos de condições naturais, e de saber acumular para as explorar. Oito – A Confraria dos Enófilos da Bairrada constituiu-se a onze de Junho de mil novecentos e setenta e nove, há trinta anos, portanto, com o objectivo de defender a região vinhateira da Bairrada, nomeadamente conseguir a sua demarcação legal e o reconhecimento da denominação de origem dos vinhos Bairrada devido à importância histórica, social e económica deste sector de actividade na região, desiderando que veio a ser alcançado a vinte e oito de Dezembro desse mesmo ano e, em seguida, deu largo contributo para a instalação e início de actividade da sua Comissão Vitivinícola. A Confraria dos Enófilos da Bairrada tem, por isso, uma enorme responsabilidade na defesa da imagem da demarcação da Região da Bairrada e dos seus vinhos. Ficar silenciosa perante uma agressão desta dimensão, qual viticídio que só tem semelhança com o Decreto do Marquês de Pombal do arranque das vinhas, também na Bairrada, em vinte e seis de dez de mil setecentos e noventa e cinco, seria trair os seus princípios programáticos e as expectativas de inúmeros viticultores bairradinos. Nove – Pelo que antecede, a Confraria dos Enófilos da Bairrada não pode, também, deixar de exprimir a sua total discordância pela Resolução de Conselho de Ministros quanto à opção pelos corredores de protecção escolhidos. Dez – Assim, a Confraria dos Enófilos da Bairrada apela a Vossa Excelência, e a esse órgão máximo municipal a que preside, para que promovam as diligências necessárias e possíveis, junto das entidades responsáveis, a fim de que a referida Resolução de Conselho de Ministros seja revista com urgência, na certeza de que ainda será possível encontrar soluções alternativas para o pretendido projecto. Anadia, vinte e sete de Abril de dois mil e nove.” Portanto, Senhor Presidente, eu vou fazer a entrega de um original à Mesa e pedia o favor que me recibasse uma cópia.” -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para referir que logo no início da sessão ordinária em curso da Assembleia Municipal, tinha sido apresentada uma moção do GM do PSD, sob o título *Contra o traçado e corredores o TGV no Município de Anadia*. Informou, ainda, que a moção tinha sido aprovada e que o ponto essencial daquela moção referia claramente, e passou a ler: “*Deste modo, considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Anadia delibera expressar o enorme descontentamento, repúdio e oposição pela proposta do Governo do traçado e corredores do TGV no Município de Anadia*”, para dizer que parte do que era solicitado no documento entretanto entregue pela Confraria dos Enófilos da Bairrada, já tinha sido feito pela Assembleia Municipal. -----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer o que tivesse por conveniente relativamente à matéria em discussão, que proferiu as palavras que a seguir se tentam transcrever na íntegra: -----

----- “*Bem, naturalmente, acabei por ter agora conhecimento, pela leitura do documento, a mim, portanto, nada tenho a comentar. É apresentada à Assembleia Municipal. Todavia, quero informar que na próxima, salvo erro, não tenho a certeza aqui, na próxima quarta-feira, tenho uma reunião exactamente com os homens lá da RAVE, precisamente para me dar conta de algo que até este momento a Câmara Municipal não foi chamada para fazer corredores. São agora, naturalmente, apresentados todos. Vamos lá ver o que é que se vai passar. Mas, portanto, quanto a este documento não sou eu que tenho de me expressar, como comprehende.*” -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para referir que, dada a importância do documento, obviamente, a Mesa da Assembleia Municipal, iria fazer chegar aos representantes dos GM, bem como à Câmara Municipal, cópia do mesmo. De seguida, voltou a conceder a palavra a cidadão Senhor Fernando Paiva de Castro, que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*Quero manifestar, e em nome da Confraria, o agradecimento pela posição que já foi tomada hoje nesta Assembleia, que desconhecíamos. Ficamos na expectativa de vir a ter, nos serem comunicadas as notícias que entretanto julgarem que são necessárias, que são, e oportunas, sobre o assunto para a Confraria. E, já agora, deixo também a informação que esta vai ser uma das várias iniciativas que a Confraria vai promover para que o assunto seja debatido publicamente e venha a ter o impacto que ele merece.*” -----

----- Para esclarecer, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a moção tinha sido aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor, seis abstenções e zero votos contra.

----- De imediato, concedeu a palavra ao segundo cidadão inscrito, Senhor Manuel Almeida, que se inscreveu enquanto Presidente da Associação de Moradores de São João de Azenha e que formalizou a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “*Boa tarde a todos. Eu estou aqui na qualidade de Presidente de uma Associação, que é a Associação de moradores de São João de Azenha, que gostaria de algumas respostas do Executivo relativamente a uma questão que nos preocupa, que é o saneamento da nossa povoação. Nos preocupa por quê? Porque este Inverno tivemos, como toda a gente sabe, umas*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chuvas mais que o normal e há muitos municípios que estão a descarregar as fossas para regueiros, criando um mal-estar não só aos vizinhos. Não há queixas, porque ninguém gosta de acusar os vizinhos. Portanto, está-se a criar uma situação um bocado caricata porque os saneamentos já começaram há alguns anos atrás e esta Associação mandou, inclusive, um ofício, há uns tempos atrás, onde falava nessa situação, e eu, na qualidade de Presidente dessa Associação, gostaria de ter alguma resposta nesse sentido. O que é que o Executivo de Anadia tem previsto para começar ou acabar as obras que ainda não estão acabadas, porque há ramais que ainda nem sequer chegam a toda a povoação. Saber como é que está esse problema das estações elevatórias, que eu já ouvi dizer que já foi mudado novamente o projecto. Havia um projecto inicial, foi alterado. O Senhor Presidente da Câmara esteve, inclusive, no sítio. Havia até um protocolo com os vizinhos para alargar um caminho e fazer por aí o ramal para ir para a estação elevatória. Portanto, basicamente era isso. É isso que nos preocupa, é basicamente o saneamento. Tinha outro ponto que era, e já foi falado há uns anos atrás, que é aquela curva ao pé da cabine velha, que é um caos. Não tem havido lá vários acidentes não sei como. Já se falou em cortar aquela curva para se melhorar ali, portanto, a passagem de cruzar dois carros. Noutro dia, dois camiões não se, não caíam lá para baixo porque não calhou. Mas o Senhor Presidente sabe perfeitamente que há ali um problema, portanto, rodoviário a resolver. E depois, também queria deixar aqui um alerta. Talvez haja outras povoações mais carenciadas que nós, mas a nossa povoação, há uns anos para cá, por motivos que, vários, tem sido deixada um bocadinho no esquecimento. E, gostaríamos que ela fosse um bocadinho vista doutra maneira porque estão lá cidadãos, estão lá municípios que também, apesar daquela povoação estar completamente despovoada, também por motivos que todos conhecemos, casais novos tiveram de sair porque não tiveram autorização para fazer casas, que foram para Oliveira do Bairro, foram para Oiã. Bom, isso é outra situação. Ok. Era tudo. Obrigado." -----
----- Concluída a intervenção do cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder, o que fez da forma que a seguir se tenta transcrever na íntegra:

"Bem. Penso que, naturalmente, aqui sim, há razão para o cidadão em questão se apresentar. Representa, efectivamente, uma Associação, a quem damos todo o crédito, e o Senhor sabe que, inclusivamente, lhe telefonei precisamente a dizer-lhe, em função de um pedido de audiência, onde eu lhe disse que o problema do saneamento que iria ser resolvido logo que encontrássemos, portanto, logo que protocolássemos com a, não esse protocolo que diz que nunca existiu, mas um protocolo de utilização de um espaço junto às Caves São João. Já está resolvido e, portanto, a curto prazo irá ser lá implantada a ETAR, a ETAR não, a Elevatória que também já existe, portanto, é uma questão de entregar aquilo ao empreiteiro e mandar fazer. Portanto, o saneamento é um assunto que fica resolvido. Pontualmente, aquilo que diz pontualmente, que não há saneamento em todo o lado. É evidente que pode não haver. Há umas pontas, por vezes, que não estarão concluídas. Elas são concluídas quando a ligação do saneamento principal estiver executada e, naturalmente, a pedido de cada indivíduo que vá,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

naturalmente, fazendo, pedindo a ligação. É uma extensão de rede que, juntamente com o ramal de saneamento se faz. Quanto à curva, a curva é, não é um problema de largura, como sabe, porque ali até a largura é suficiente. É sim um problema de curva muito acentuada. É realmente uma curva perigosa, tem razão. Poderemos, eventualmente, e se houver colaboração de vocês lá, junto dos proprietários, podemos, eventualmente, colaborar convosco no alargamento. Nós faremos a estrada, vocês colaboram, portanto, no contacto com os proprietários que ali tiverem o espaço para a gente poder fazer a correcção adequada. Também não há problema nenhum. Agora, dizer que a vossa povoação ficou no esquecimento. Ouça, se viesssem aqui dez ou doze indivíduos, portanto, apresentar queixas da sua terra, todos tinham que apresentar. Nada é completo, mas aceito que há muitas coisas que vocês gostariam de ter e não têm. Também eu. Era o problema do PDM que, se realmente tivesse à nossa disposição, provavelmente teria resolvido muitos problemas. A culpa não é minha. Fizemos tudo aquilo que podíamos fazer. Continuamos a aguardar. Ainda há bocadinho foi aqui discutido isso, onde eu referi que, desde a última entrega do documento, um documento que nós consideramos final no nosso PDM, já decorrem cento e trinta dias. Sabe o que é isso? Se for eu, tenho de responder em dez dias para eles. Eles, dão-me cento e trinta dias, e não sei se cento e quarenta, se cento e cinquenta. Precisamente este tipo de lamúria, não lho estou a fazer a si, vou no dia seis para Lisboa, tive de pedir uma audiência ao Ministro. Ele despachou-me, como é normal, para o Senhor Secretário de Estado, com quem eu estou, sinceramente, farto não, que o termo é incorrecto, mas com quem eu já falei muitas vezes e que gostaria realmente que passassem da palavra aos actos. É que enquanto eles não fizerem isso, eu serei o eterno visado porque violo o PDM, porque faço isto, faço aquilo. Eu, se calhar, nem temos PDM, imagine. Ninguém pode fazer nada. Se calhar, nem temos. Também o próprio Presidente, se calhar, não viola nada. Sabe como é que é. Infelizmente é isto. Mas disso, partilho totalmente consigo porque na verdade é um grande problema para a nossa terra. Muito obrigado." -----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao cidadão, Senhor Manuel Almeida que referiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Eu só tinha um aparte técnico relativamente à Estação Elevatória que querem fazer, que atravessa, segundo o que eu percebi, o terreno do, portanto, que é das Caves São João até lá abaixo. Não sei se será o local propício, portanto, os técnicos, não vou contestar o parecer técnico da Câmara, mas ponho as minhas dúvidas que será o sítio certo. Porque, como toda a gente sabe, todas as Estações Elevatórias trabalham com energia eléctrica. A energia eléctrica, infelizmente, na zona, ainda falha muitas vezes. E eu gostava de saber, quando aquilo não funcionar, para onde é que vão os detritos, para onde é que são descarregados? Aquilo que eu estou a perceber, e onde ela vai ser implantada, vai ser muito à beira da estrada e no centro da povoação. Portanto, não sei se será o sítio mais propício para a pôr. É só."-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Bem, nós temos de ir a estes pormenores para tranquilizar as populações. Trata-se de uma elevatória, trabalha com electricidade, tem motores suplentes, mas pode faltar a corrente. Por isso, o que acontece é o seguinte, mas isso é em todas, e dentro da povoação é uma estação elevatória não é uma estação de tratamento. E ainda que fosse, hoje o avançado das estações de tratamento, até dentro de uma povoação não causa qualquer problema. Nós temos las dentro dos recreios das Escolas. Aponto-lhe: Vilarinho do Bairro e outras que vão por aí andando. Agora, o problema é este. O que há lá nessa estação elevatória é uma escapatória, pois, evidentemente, se realmente houver um, pontualmente, uma avaria, aquilo não pode inundar a povoação, tem de ter uma escapatória. E essa escapatória vai ao rio, é um mal menor. Ao rio ou à ribeira. Porque o saneamento em si, o efluente, esse é lançado mais além onde há desnível para funcionar. Não tem nenhum problema. Isso fique tranquilo, até porque isto é feito dessa maneira. O Senhor está a pensar que o tubo vai lá para baixo. Não. O tubo vem para cima, para a rede para cima. Penso que esclareci." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ter sido entregue mais uma inscrição na Mesa, do cidadão Senhor Joaquim Alfredo Pereira Mota, a quem concedeu, de imediato, a palavra para fazer a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Obrigado, Senhor Presidente. Já agora, boa noite a todos. O Senhor Presidente dos Enófilos da Bairrada, trouxe este documento, que é uma preocupação de facto por causa do traçado do TGV. Eu também me identifico com esse documento, mas gostava, visto que o Senhor Presidente da Câmara vai ter uma reunião com as entidades competentes, eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara, portanto, fosse convicto, pronto, e que se tentasse inteirar bem sobre o assunto, porque ele ainda está em fase de impacte ambiental, segundo parece, e para não acontecer com o TGV o que neste momento, se calhar, vai acontecer com a A32. Portanto, na última Assembleia Municipal, que foi no fim do ano, de noventa e oito de dois mil e oito, desculpem, foi aqui na Assembleia, foi aqui discutido o assunto do TGV. Desculpem, nem foi nessa. Foi na Assembleia extraordinária onde se discutiu alguma coisa sobre as urgências do Hospital e também sobre o traçado da A32. E chegou-se a um consenso das Juntas de Freguesia onde iria passar a A32, escolheram um traçado, e em fase de impacte ambiental, mas, segundo parece, o Governo optou pelo traçado que não interessa a nenhuma destas Juntas de Freguesia, o traçado mais caro e que dá impressão que se calhar foi por ele passar a pé da casa do Presidente da Junta de Aguada de Baixo. Não sei se é verdade, se não, mas isso são rumores que já me chegaram. O que é certo é que o traçado dá impressão que é mesmo o mais caro e que não interessa a nenhuma destas três Freguesias. Se calhar só interessa à freguesia de Aguada de Baixo, que se calhar deve ser por a Câmara ser PS. Portanto, se calhar, se houver no traçado do TGV alguma casa de algum Presidente da Junta que esteja ao pé do traçado, é possível que ele não passe lá. Se tiver, se não estiver, se calhar passa no centro da Bairrada. E era, se calhar, essa a atenção que eu gostava que o Senhor Presidente tivesse e que se calhar também manifestasse o desagrado sobre a escolha do traçado A32. Acerca também



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui desta curva que o Senhor Presidente da Associação de moradores de São João de Azenha apresentou, eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara fizesse chegar aos serviços competentes um pedido de colocação de sinalização, tanto no sentido de São João de Azenha-Sangalhos, como de Sangalhos-São João de Azenha, até porque ali são duas curvas, são curva contra curva, e não há lá qualquer tipo de informação. E os serviços da Câmara poderiam lá colocar dois sinais, tanto de um sentido, de um lado como do outro de curva contra curva e outro de piso escorregadio. Talvez aí os motoristas, os senhores condutores talvez tivessem um pouquinho mais de prudência quando se aproximam da mesma curva. E era só e obrigada." -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao cidadão, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Bem, eu continuo a dizer. Utilizam este, digamos, este palco pessoas que, na minha opinião, não o deviam fazer. Primeiro, falou dos Enófilos. Estão bem representados, ó Senhor Mota. Estão bem representados, não precisam de qualquer ajuda. Depois, falou do homem da Associação. Também está bem representado. E, depois, falou de política. Política que não tem nada que ver com o Partido Socialista Nacional. Não tenho nada que ver com nada disso. Acho que, eu não devia responder-lhe, mas por uma questão de princípio, acho que, utilizem este fórum, chamemos-lhe assim, de uma forma mais independente, a defender realmente os vossos problemas. Problema de sinalização, tem lá uma Junta de Freguesia. O Senhor até faz parte dela. É preciso, realmente, que o Senhor pense que, enfim, que quando vier aqui apresentar um problema, representando alguém de forma directa, tudo bem. Mas como quem lhe dá a palavra é o Senhor Presidente da Assembleia, e eu, a mim, só me compete responder, eu quero-lhe dizer, desta forma passarei a não lhe responder. Acho que não vale a pena. Então, vou falar, outra vez, da A32. Já foi aqui discutida. Apresentam aqui, houve aqui uma moção sobre o caminho-de-ferro, há aqui um grupo... Eu, francamente. Se é para se mostrar, olhe, procure, realmente, outros palcos que eu não vejo necessidade de vir aqui. Muito obrigado." -----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Regimento e a Lei eram claros sobre aquela matéria, pelo que qualquer interpretação que se desviasse ou distorcesse o sentido do Regimento e da Lei, não poderia, obviamente, colher na Assembleia Municipal. Lembrou, então, que o artigo 36º do Regimento era claro sobre a matéria, o qual passou a ler: "Período de intervenção do Público. Nas sessões da Assembleia Municipal, haverá um período de intervenção do público, em que o Presidente da Assembleia concederá a palavra a quem do público quiser pronunciar-se sobre matérias de interesse geral do Município." Acrescentou, assim, e salvaguardando o facto de poder haver melhor opinião, lhe parecia que todos os municípios e todos os cidadãos que tinham feito intervenções na sessão em curso, tinham trazido assuntos de interesse geral do Município. Não deixou, no entanto, de referir que, se depois a revestiam sob a forma política, partidária, ideológica, tal facto já transcendia a Mesa e o Presidente da Assembleia. Não obstante, considerou que todos os cidadãos tinham utilizado um dispositivo que estava à sua disposição, que lhes assistia por direito e acabou por desejar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que muitos mais cidadãos se pudessem apresentar na Assembleia, num sentido de aproximação entre eleitos e eleitores. -----

----- Para intervir novamente, concedeu a palavra ao cidadão Senhor Joaquim Alfredo Pereira Mota, que referiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- *"Eu peço desculpa ao Senhor Presidente se caso, se ficou melindrado com a minha intervenção. A intenção não era essa. Era, a minha intenção era mais na preocupação de prevenir as coisas antes delas acontecerem. O problema do TGV é um problema e vale mais nós prevenirmos já do que depois dele estar feito irmos lá todos chorar a dizer que, de facto, aquilo está mal. Tal qual como foi com a A23, porque também as coisas para já está tudo muito lindo, mas depois de elas estarem decididas lá em baixo, está feito, está feito, e o caso vê-se com as nossas urgências, com os nossos Centros de Saúde... Pronto. Isto é político e não é político. Portanto, o Senhor Presidente não deve levar a mal porque este problema é um problema que nos toca a todos. É óbvio que há algumas pessoas que se empenham mais, outras empenham-se menos. Se calhar, se todas as pessoas se empenhassem, se calhar isto deixava de ser um problema político e era um problema de todas as pessoas. Agora, há pessoas que às vezes têm, não sei, se calhar devem ter medo de represálias e não se empenham nem falam quando devem falar. Era só. E não gostava, daqui para a frente, também não gostava que o Senhor Presidente ficasse melindrado com esta minha intervenção. Obrigado."* -----

----- Para responder ao cidadão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o fez da forma que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- *"Eu já disse que não ficava melindrado. Acho a despropósito. Eu não tenho nada que ficar melindrado. Eu até sou seu amigo. Por que é que hei-de ficar melindrado? Agora, eu por esses motivos não vinha. Viria por outros, dado que eu fui claro, dado que esses assuntos foram aqui bem desenvolvidos. Aliás, num documento até lido pelo representante. E estamos com certeza todos interessados em resolver este problema. Eu não estou aqui a dizer que o Senhor não se tenha que se preocupar. Estou aqui a dizer é que não vale a pena dobrar a coisa. E é um que diz, e é outro que diz. E diz ali, é evidente, eu respeito tudo o que está legislado, e continuarei a respeitar. Há uma coisa que eu lhe digo. Ninguém também me obriga é a responder. Esse é que é o problema. Mas retire isso da sua imaginação. Eu não me melindro, até porque em política não há melindres. Agora, há uma coisa que eu lhe digo. Há repetição e a repetição exige que eu repita também e eu posso não estar interessado em repetir. Eu acho que, acho que não fui impróprio na minha intervenção para consigo. Se fui, peço-lhe desculpa."* -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de intervenção do público e, de imediato, por encerrada a sessão ordinária, quando eram vinte horas e três minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
